



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Joyce Maria Almeida Santos

**O SABER NA CONSTRUÇÃO DO SER HUMANO: considerações a partir da
obra “Vidas Secas” de Graciliano Ramos**

Maceió/AL
2024

JOYCE MARIA ALMEIDA SANTOS

O SABER NA CONSTRUÇÃO DO SER HUMANO: considerações a partir da obra “Vidas Secas” de Graciliano Ramos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabete Amorim de Almeida Melo

Co-orientador: Prof. Dr. Wilson Correia Sampaio

MACEIÓ/AL
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S237s Santos, Joyce Maria Almeida.
O saber na construção do ser humano : uma conversa a partir da obra
"Vidas secas" de Graciliano Ramos / Joyce Maria Almeida Santos. – 2024.
63 f.

Orientadora: Elizabete Amorim de Almeida Melo.
Coorientador: Wilson Correia Sampaio.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) –
Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 60-63.

1. Educação. 2. Formação humana. 3. Vidas secas – Análise literária. I.
Título.

CDU: 37 : 82

JOYCE MARIA ALMEIDA SANTOS

O SABER NA CONSTRUÇÃO DO SER HUMANO: considerações a partir da obra “Vidas Secas” de Graciliano Ramos

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27/03/2024.

Orientador/a: Profa. Dra. Elizabete Amorim de Almeida Melo (CEDU/UFAL) Co-orientador: Prof. Dr. Wilson Correia Sampaio (aposentado)

Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
 ELIZABETE AMORIM DE ALMEIDA MELO
Data: 28/07/2024 22:26:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elizabete Amorim de Almeida Melo (CEDU/UFAL)
Presidente

Documento assinado digitalmente
 WILSON CORREIA SAMPAIO
Data: 09/04/2024 19:37:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Wilson Correia Sampaio (aposentado)
2º. Membro

Documento assinado digitalmente
 EDLENE CAVALCANTI SANTOS
Data: 05/04/2024 23:14:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Edlene Cavalcanti Santos (CEDU/UFAL)
3º. Membro

Documento assinado digitalmente
 IVANILDO GOMES DOS SANTOS
Data: 05/04/2024 20:29:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ivanildo Gomes dos Santos (CEDU/UFAL)
4º. Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Profa. Dra. Elizabete Amorim de Almeida Melo, que aceitou o desafio em se tornar orientadora deste trabalho, devido a impossibilidade de continuidade pelo estimado Prof. Dr. Wilson Correia, em decorrência de sua aposentadoria, sem hesitar, aceitou entrar nesse barco. Por toda ajuda, partilhas, discussões e acima de tudo todo conhecimento que me prestou no momento final de construção deste trabalho, minha sincera gratidão.

Quero prestar um agradecimento todo especial ao Prof. Dr. Wilson Correia, a quem conheci no primeiro período ao adentrar no Curso de Pedagogia e que me apresentou uma visão política e de formação crítica, totalmente diferente da qual estava habituada. Agradeço por ter aceitado ser meu orientador e embarcar nesse projeto que durou um ano e meio de muitos debates, muitas tardes de discussões para a construção e elaboração deste TCC, por todas às horas de correção e debates, todo conhecimento passado e por tudo, minha sincera gratidão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA

O SABER NA CONSTRUÇÃO DO SER HUMANO: considerações a partir da obra
“Vidas Secas” de Graciliano Ramos

Joyce Maria Almeida Santos
joyce.santos@cedu.ufal.br

Profa. Dra. Elizabete Amorim de Almeida Melo
elizabete.amorim@yahoo.com.br

Prof. Dr. Wilson Correia Sampaio
sampaioprofeta@bol.com.br

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da educação na formação do ser humano, destacando tanto a influência da educação escolar quanto da educação familiar. Baseado na obra “Vidas Secas” (1938) de Graciliano Ramos, o estudo examina como o conhecimento adquirido por meio da educação familiar contribui para o crescimento intelectual e a formação de sujeitos críticos, capazes de reivindicar sua dignidade humana. A obra literária serve como ponto de partida para analisar as interações entre literatura, questões sociais e educação formal. Autores como Botoso (2013); Couvre (1991); Elias (2007); Freire (1978-1998) e Libâneo (2010), fornecem uma lente teórica para entender as complexidades retratadas na obra de Graciliano Ramos, especialmente no que diz respeito à desigualdade, identidade, opressão e resistência. O estudo é estruturado em capítulos que exploram diversos aspectos relacionados à comunicação humana, educação e sociedade. A pesquisa busca compreender como a falta de acesso à linguagem verbal culta pode servir para a opressão e como a educação familiar pode influenciar no processo da educação escolar. Além disso, são levantadas questões sobre o papel da educação na modificação das estruturas sociais causadas pela miséria e a falta de conhecimento necessário. Ao longo do trabalho, são exploradas as interconexões entre educação, linguagem, literatura e sociedade, destacando a importância da comunicação para a formação de indivíduos conscientes e ativos na esfera pública. Em suma, o estudo visa fornecer uma análise crítica e reflexiva sobre como a literatura pode influenciar a percepção e compreensão das questões sociais, impactando a educação e promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; Linguagem; Literatura; Graciliano Ramos.

ABSTRACT

This work proposes a reflection on the importance of education in the formation of human beings, highlighting both the influence of school education and family education. Based on the work “Vidas Secas” (1938) by Graciliano Ramos, the study examines how knowledge acquired through family education contributes to intellectual growth and the formation of critical subjects, capable of claiming their human dignity. The literary work serves as a starting point for analyzing the interactions between literature, social issues and formal education. Authors such as Botoso (2013), Couvre (1991), Elias (2007), Freire (1978-1998) and Libâneo (2010), provide a theoretical lens to understand the complexities portrayed in the work of Graciliano Ramos, especially with regard to inequality, identity, oppression and resistance. The study is structured into chapters that explore various aspects related to human communication, education and society. The research seeks to understand how the lack of access to educated verbal language can lead to oppression and how family education can influence the school education process. Furthermore, questions are raised about the role of education in modifying social structures caused by poverty and lack of necessary knowledge. Throughout the work, the interconnections between education, language, literature and society are explored, highlighting the importance of communication for the formation of conscious and active individuals in the public sphere. In short, the study aims to provide a critical and reflective analysis of how literature can influence the perception and understanding of social issues, impacting education and promoting a fairer and more inclusive society.

KEYWORDS

Education; Language; Literature; Graciliano Ramos.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	CAPÍTULO 1 – LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE	12
3	CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	18
3.1	Educação Escolar e Educação Familiar	18
3.2	Comunicação e Cidadania	22
4	CAPÍTULO 3 – A OBRA “VIDAS SECAS” (1938)	27
4.1	Literatura	27
4.2	Graciliano Ramos: O “Velho Graça” e sua obra “Vidas Secas” (1938)	28
4.3	Representações reais	31
4.3.1	<i>Fabiano</i>	31
4.3.2	<i>Sinha Vitória</i>	36
4.3.3	<i>O menino mais novo e o menino mais velho</i>	38
4.3.4	<i>Seu Tomás da Bolandeira</i>	41
4.3.5	<i>A Cachorra Baleia</i>	42
4.3.6	<i>As representações do Estado</i>	44
5	CAPÍTULO 4 – VIDAS SECAS E SUA RELAÇÃO COM O ÂMBITO EDUCACIONAL	51
5.1	A falta de linguagem verbal e o problema da incomunicabilidade para a educação	51
5.2	Repetição de ciclos de incomunicabilidade: Sua influência na cidadania e educação escolar	52
5.3	Animalização dos sujeitos em detrimento a falta de acesso à educação escolar	55
6	CONCLUSÃO	58
	REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

A educação tem como um de seus princípios exercer um papel fundamental na construção do saber humano, se constituindo então como um dos pilares importantes para o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos indivíduos. Porventura, para além da educação escolar, a familiar tem grande importância no processo de desenvolvimento humano. No entanto, é explícita a existência de algumas diferenças que estão relacionadas com suas próprias concepções e valores e que assim podem interferir na construção do conhecimento, sendo a instrução familiar o espaço em que inicialmente delimita o que o sujeito deve ou não aprender se ligando assim com a cultura no contexto da qual este faz parte.

O presente trabalho, à luz da obra “Vidas Secas” (1938) de Graciliano Ramos, tem como seu objetivo realizar uma reflexão inicial sobre a importância do saber na construção do ser humano, focando em elementos que são essenciais, existentes na educação escolar e na educação familiar. Através de uma análise que buscou observar a multidimensionalidade da educação e da sociedade, pretende-se denotar como o conhecimento adquirido por meio da educação realiza grande contribuição para o crescimento intelectual e, principalmente, na formação de sujeitos críticos, permitindo-se assim a capacidade de obter o direito dignidade humana, da qual se faz parte também o acesso à educação escolar básica, assim como ao ideal para a sobrevivência dentro das variações sociais.

Ademais, é necessário refletir sobre como esses processos podem exercer influências nas questões da linguagem verbal, uma vez que ela também pode ser compreendida como fundante da natureza humana, principalmente, como um meio para que se sentam capazes de ultrapassarem as barreiras dos pensamentos e apresentar suas concepções e reflexões, fornecendo-lhes a virtude crítica, em busca de mudanças, do contrário se manterão sujeitos passivos às adversidades.

O encorajamento à investigação das oportunidades educacionais, de aprendizagem e a problemática da falta de linguagem verbal é consequência da inquietação em relação aos infortunos das oportunidades educacionais, ocasionados pela deficiência no acesso à educação escolar pública, principalmente para a classe trabalhadora, em decorrência das políticas voltadas a ela e às suas culturas familiares que decorrem de cada contexto socio-histórico vivido por elas.

Diante do exposto, foram levantados os seguintes questionamentos para esta pesquisa: **Qual o papel da educação na modificação das estruturas sociais causadas pela miséria e a falta do saber necessário? Como a educação familiar pode influenciar no processo da**

educação escolar? Como a falta de acesso à linguagem verbal culta pode servir para a opressão?

De início, antes da exposição do corpo do texto sobre o qual iremos nos debruçar, é importante que sejam ressaltados os motivos e a potencialidade de utilizar a literatura, uma obra de arte, como um caminho que leva a reflexões, principalmente aqui, pautadas em temáticas relacionadas à educação e que se encontram presentes nos variados espaços presentes na sociedade.

A intrínseca relação entre a arte escrita, a literatura e a educação é profunda e interdisciplinar, ou seja, passando por várias áreas e oferecendo diversas possibilidades na construção do conhecimento educacional e de vida. A literatura se configura enquanto um espaço que desempenha um papel de suma vitalidade no desenvolvimento da linguagem oral e escrita, da comunicação, expandindo vocabulário, estruturas linguísticas e, para além, no âmbito também social, já que através desses caminhos se é possível a formação de um pensamento crítico necessário para a compreensão enquanto cidadania e sociedade.

Na busca por uma compreensão que seja mais aprofundada e significativa das complexas questões que permeiam nossa sociedade como um todo, surge a relevância incontestável da literatura funcionando como um meio de exploração de temas que, devido a sua importância e influência social, precisam ser refletidos e podem auxiliar na transformação de algumas estruturas das quais por muitas vezes suas bases são desumanas e não igualitárias. Ademais, dentro desse contexto, a literatura se posiciona como um mecanismo de grande poder, em que através de suas linhas é capaz de iluminar as esquinas sombrias da condição humana de mazelas e trazer à luz aos desafios sociais que, muitas vezes, passam despercebidos por não ser possibilitado a todos a capacidade de formação crítica para serem capazes de refletir e enxergar esses pontos. Por este motivo se justifica plenamente o uso da literatura, um instrumento artístico, que serve também na abertura de caminhos para o desenvolvimento de debates e reflexões fundamentais para a formação social que visa a equidade.

A arte da literatura ultrapassa as linhas das páginas dos livros ou até mesmo da ficção, tornando-se uma plataforma viva para a exploração de ideias e de experiências, representando em seu amago as diversas vivências sociais, possibilitando por sua vez a expressão de opiniões e a busca por reflexões que ressoam no cerne das questões sociais que enfrentamos cotidianamente, ainda que, de modo atemporal desde os escritos mais antigos, mas que ainda assim expressam as relações atuais.

No espaço da apreciação das interconexões entre literatura, das questões sociais e a educação, o presente trabalho sugere investigar a partir de renomados autores com vínculos enriquecedores para o exame aprofundado das complexidades propostas a serem refletidas.

Primeiramente, através da obra “Vidas Secas” (1938) de Graciliano Ramos, utilizada para a observação das estruturas sociais existentes na obra, do sistema de incomunicabilidade expresso nas entrelinhas, da falta de linguagem verbal dos personagens, dentre outros. Justificando-se uma vez que, segundo Botoso (2013, p. 57): “Graciliano Ramos reelabora poeticamente, elementos da realidade brasileira e, não obstante o fato de que já se tenham passado várias décadas, é possível observar que a crítica social em seu romance ainda é válida, pois a realidade retratada no romance persiste e parece que não irá mudar tão cedo”.

Através da lente teórica fornecida por nomes como Botoso (2013), Couvre (1991), Elias (2007), Freire (1978-1998) e Libâneo (2010), buscamos desvendar as nuances das narrativas que abordam desigualdades, identidade, opressão e resistência. Ao entrelaçar a literatura com uma compreensão afiada das dinâmicas sociais, oferecida por esses autores, é possível ter uma visão sobre a relação intrínseca entre os pontos a serem debatidos e a sociedade em constante evolução.

O desdobramento do presente trabalho buscará realizar uma análise detalhada e abrangente das intrincadas interações entre a literatura, as questões sociais e, sobretudo, sua relação com a educação formal ocorrida em espaços educacionais como a escola, tendo, como já dito, como aparato principal a obra “Vidas Secas”. Ademais, para alcançar esse objetivo, serão examinados os elementos literários presentes no livro de Graciliano Ramos e como esses elementos dialogam com as realidades sociais da época e atuais no contexto em que a narrativa se insere.

Para além disso, será realizada uma análise com o objetivo de aprofundamento nas características e desafios do cenário social e político retratado na obra, buscando compreender como esses aspectos se refletem e são absorvidos pela educação formal dentro das instituições escolares e de ensino. Com isso, pretende-se oferecer uma visão crítica e reflexiva sobre como a literatura pode ter um papel na influência da percepção e compreensão das questões sociais e, conseqüentemente, impactar a educação, promovendo uma interpretação que seja mais profunda sobre sociedade e incentivando uma formação educacional mais consciente das necessidades vigentes mediante aos contextos sociais de modo a ser contextualizada.

Passando para as divisões deste trabalho, o primeiro capítulo, aborda um dos pilares fundamentais da comunicação humana: a união entre a leitura, a escrita e a oralidade. Esses três elementos formam os alicerces da nossa capacidade de transmitir ideias, compartilhar conhecimento e estabelecer conexões significativas em uma relação social que exige a comunicação. Ao explorar as complexas relações e influência mútuas entre esta tríade, se encaminha a uma compreensão profunda da forma como nos comunicamos uns com os outros,

de como interpretamos mundo ao nosso redor e como são forjados os laços sociais por meio da linguagem. Neste percurso, observamos não apenas as características individuais, singulares de cada sujeito, mas também as maneiras pelas quais eles se entrelaçam em uma pluralidade para enriquecer nossa expressão e compreensão a respeito da formação social e também educacional.

Dando continuidade, o segundo capítulo, intitulado “Educação e Sociedade”. Se subdivide em duas seções que são cruciais: na primeira, seção 2.1, buscamos examinar de perto o funcionamento entre a Educação Escolar e Educação Familiar. Analisamos como esses dois pilares educacionais interagem entre si e influenciam no desenvolvimento linguístico e comunicativo dos sujeitos, levando em consideração tanto os ambientes formais de aprendizado, as escolas, quanto os espaços familiares de socialização, primeiro ambiente instrucional ao qual são inseridos. A próxima seção, 2.2, lançamos luz sobre a relação entre Comunicação e Cidadania. Dentro deste espaço buscamos explorar de que maneira a compreensão da leitura, escrita e oralidade se transpõe em capacitação cidadã, possibilitando que os indivíduos possam ativamente ser participes na esfera pública, compreendam e avaliem informações de forma crítica, e se empenhem de maneira informada e construtiva nos debates que moldam a sociedade em que vivemos atualmente ou diante de nossa formação histórica, bem como nas perspectivas de futuro. Ao se atentar a essas diferenças, será possível discernir como o domínio dessas habilidades linguísticas não apenas agrega valor ao indivíduo, mas também fortalece os alicerces da convivência e da democracia em nossa coletividade.

No terceiro capítulo da presente pesquisa, concentramos o nosso olhar e a nossa atenção na obra literária “Vidas Secas” escrita por Graciliano Ramos, autor alagoano. Este capítulo é subdividido em três seções de imprescindível importância que nos conduzem através das várias dimensões da obra e do contexto em que ela emergiu relacionado principalmente as questões das políticas públicas inerentes ao contexto histórico e a educação. Na seção 3.1, nos debruçamos sobre a literatura em si, observando atentamente como as palavras ganham vida através da escrita, e como a literatura muitas vezes se torna um espelho das realidades que cercam os autores, muitas vezes uma análise do meio ao qual este pertence. Na seção 3.2, aprofundamos as observações e análise sobre o autor por trás da obra, Graciliano Ramos, conhecido por muitos como “Velho Graça”. Analisamos não somente sua biografia, mas também sua relação com a escrita e a educação que fizeram parte de sua vida, e o impacto que essa relação teve na composição de “Vidas Secas”, sua obra consagrada. Por fim, na última seção, 3.3, mergulhamos nas representações reais, ou seja, os personagens como indivíduos de nossa sociedade, como sujeitos que podemos encontrar em nosso dia a dia e que se fazem

presentes na obra.

No último capítulo, mas não menos importante desta investigação, continuamos direcionando nossa análise para a obra “Vidas Secas” e sua interconexão com o cenário educacional, principalmente o atual. Este capítulo, subdividido em três seções, lança um olhar analítico sobre como a problemática da incomunicabilidade, a falta da comunicação, central na narrativa de Graciliano Ramos, ecoa nas questões educacionais contemporâneas, permituando níveis extremos de desinformação. Na seção 4.1, examinamos a ausência da linguagem verbal nos personagens e como essa falta de comunicação influencia diretamente o processo educativo, de certo modo impossibilitando uma educação dialogativa em função da desvalorização da formação de um pensamento crítico. Diante disto, investigamos como a inabilidade de expressão linguística afeta a transmissão de conhecimentos e os desafios que isso impõe à educação e até mesmo o exercício da cidadania. A seção 4.2 por sua vez, aborda o esquema de repetição de ciclos da incomunicabilidade, analisando como essa dinâmica perpetua um ciclo de marginalização e sua conseqüente influência na cidadania e na educação escolar. Refletimos como a incapacidade de comunicação afeta a participação cívica, ativa e o desenvolvimento do conhecimento escolar dos indivíduos na sociedade. Finalmente, na seção 4.3, examinamos a representação da animalização do sujeito decorrente da falta de acesso à educação formal, buscando compreender como a negação do aprendizado escolar impacta a autoimagem e a identidade, como se é formada a concepção sobre si e até mesmo sobre o outro, reforçando a dicotomia entre humanidade e animalidade. Por meio dessas seções que como em uma tessitura são interligada, buscamos compreender as diversidades existente na relação entre “Vidas Secas” e a esfera educacional, explorando as profundas implicações da incomunicabilidade na formação de cidadãos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva quando a comunicação se faz de sua importância para a efetividade a cidadania.

À medida que adentramos os correlações dos domínios da intersecção entre leitura, escrita e oralidade, tanto no contexto educacional quanto em “Vidas Secas”, nossa jornada nos levou a descobrir as profundas implicações desses elementos fundamentais para a construção de indivíduos conscientes. Ao explorar a importância da linguagem na educação e na formação da cidadania, assim como na narrativa literária que captura as angústias e aspirações humanas, somos levados a refletir sobre a centralidade da comunicação em todas as esferas da vida.

Compreender esses temas não apenas amplia nossa visão sobre a linguagem e seus impactos, mas também nos convida a um mergulho mais profunda das complexidades da condição humana e como esses são expostos nas entrelinhas literárias.

Em suma, neste trabalho, mergulhamos nas páginas da literatura, nas salas de aula e na

tessitura da sociedade, buscando encontrar os fios que unem esses elementos aparentemente diversos, mas intrinsecamente entrelaçados. Assim, à medida que nos despedimos deste momento introdutório, lançamo-nos rumo ao corpo do trabalho, explorando as diversidades e interconexões entre educação, linguagem, literatura e sociedade.

CAPÍTULO 1 – LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE

A leitura se constituiu antes mesmo da criação da escrita, como o ato de ler sendo a visão de mundo de cada sujeito. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1981, p. 9), sendo assim, Freire ressalta que a interpretação do mundo ao nosso redor é uma ação diretamente ligada ao ser humano, ocorrendo mesmo antes da alfabetização formal dentro de instituições educacionais de ensino. Atrvés disso é possível compreender que, desde muito cedo, começamos a entender e dar significado às coisas e eventos à nossa volta, desse modo qualquer um dentro de sua intelectualidade e o contexto vivido realiza uma leitura de mundo de acordo com suas próprias experiências e de seu convívio próximo.

É relevante observar com a leitura de mundo possui uma profundidade influenciada pelo contexto vivido por cada indivíduo em seu cotidiano. Nossas experiências únicas e inerentes a cada um, a cultura, a educação e os valores servem de certo modo como moldes da maneira como percebemos e interpretamos o mundo ao nosso redor. Nesse sentido, Yunes (1995, p. 85) argumenta que: “o ato de ler é um ato de sensibilidade e de inteligência, de compreensão e de comunhão com o mundo, lendo expandimos o estar no mundo, alcançamos esferas do conhecimento antes não experimentadas e [...] ampliamos a condição humana.”. Isso significa que duas pessoas podem ter visões muito diferentes do mesmo evento já que cada uma irá ter como base suas experiências e perspectivas pessoais que por sua vez são formadas de acordo com seu contexto sócio-histórico, por exemplo. A compreensão do mundo é construída por cada um de nós, e que por sua vez se torna a responsável por ser o guia de nossas ações e decisões tomadas. Sendo assim, a leitura de mundo não é apenas um ato passivo de observação em que não existe uma interação, mas algo que influencia ativamente nossa maneira de viver e interagir com o ambiente ao nosso redor. O meio influenciando o pensamento, ações e decisões.

Ademais, isso nos leva a reconhecer a diversidade de pontos de vista e interpretações que existem no mundo. Cada pessoa traz consigo uma bagagem única de experiências e conhecimentos, o que enriquece a sociedade como um todo. Além disso, essa apreciação da diversidade de perspectivas e interpretações que enriquece a sociedade em sua totalidade também nos permite entender como a evolução histórica influenciou a maneira que as pessoas interagem e comunicam suas ideias.

Com a passagem do tempo e as mudanças no poder e na economia, surge à necessidade de uma representação mais formal das coisas e dos conceitos, levando ao desenvolvimento de símbolos e assim gerando também o alfabeto. Essa emergência da escrita não apenas reflete a

complexidade das experiências individuais, mas também revela a maneira como a linguagem escrita se tornou uma ferramenta de poder, destinada a representar propriedades e *status*. Como resultado, a escrita foi mantida nas mãos daqueles que detinham bens e poder, criando um sistema de leitura mais especializado que reforçava as hierarquias sociais.

A partir disso, com o passar do tempo, a expansão geográfica logo leva às modificações nos modos de escrita e os fins para que fossem utilizados, não sendo mais algo restrito, mas evoluindo para a criação de novos documentos que, em suma, registram tudo o que a oralidade de antes realizava. Assim, surge um novo período, o de reconfiguração do uso da escrita, não sendo mais apenas um modo de registrar propriedades, mas a tradição de forma geral.

É indiscutível que ao longo da história, o acesso à leitura e a escrita foi frequentemente controlado por grupos dominantes sendo como uma forma de realizar a manutenção do poder e controlar o conhecimento, ou seja, para quais grupos eles poderiam ser repassados. Criando assim uma série de desigualdades significativas na sociedade, já que a capacidade de ler e de escrever é fundamental para a formação do conhecimento e para a participação plena na sociedade enquanto sujeitos possuidores de um pensamento crítico; o controle sobre o acesso a ambas, leitura e escrita, pode servir como limitador do poder daqueles que não têm essa oportunidade. Sendo assim, servindo muitas vezes como um perpetuador de desigualdades sociais e que impede muitas pessoas de alcançar seu pleno potencial de desenvolvimento.

Diante do exposto, podemos entender o motivo pelo qual, mesmo que se tenham passado séculos, a leitura e a escrita, que possuem papel fundamental na formação do conhecimento, ainda em determinados casos, se mantém nas mãos de poucos ou, quando são acessíveis, se configuram de maneira rasa, uma vez que entregar esse conhecimento seria dar-lhes o poder que nos permite “Conhecer a realidade, para conhecer o outro e a nós mesmos” (Elias, 2007, p. 21), por justamente se tratar de um processo com grande importância para a construção do conhecimento, pois é “formativa [...], conscientiza, amadurece, transforma para melhorar, abre os olhos, ouvidos e mentes” (Elias, 2007, p. 23).

Ademais, observamos que a leitura e a escrita são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, contribuindo para o exercício da cidadania, pois permitem aos sujeitos participarem ativamente da vida pública, expressando seus direitos e deveres, bem como interagindo com diferentes grupos e instituições, como apontado por Yunes (1995, p. 187), que sugere “descobrir o serviço que a leitura presta, a capacidade que ela tem de fortalecer a cidadania, é um começo.”. Porventura, elas também favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, possibilitando o contato com diferentes pontos de vista, argumentos, informações e formas de expressão desenvolvidas também por meio da

comunicação, sendo assim, “ler é um ato libertador e que quanto maior a vontade consciente de liberdade, maior o índice de leitura [...] uma sociedade que se sabe expressar, sabe dizer o que, é menos manobrável.” (Ivan Ângelo, 1981, p. 10-17).

A escrita trouxe consigo muitos benefícios, como a capacidade de registrar informações de maneira mais permanente e a possibilidade de transmitir informações para pessoas distantes no espaço e no tempo (Recuero, 2000). No entanto, mesmo com o advento da escrita, à comunicação oral continuou a ser uma parte vital das interações humanas, especialmente em comunidades onde a educação formal era limitada e a transmissão oral do conhecimento ainda era predominante.

Sem dúvida, a escrita representou um marco significativo na evolução da interação oral humana. Com a capacidade de registrar informações de maneira mais permanente, a escrita permitiu que a humanidade acumulasse conhecimento ao longo do tempo e o compartilhasse com gerações futuras. Além disso, a escrita possibilitou transmitir informações para pessoas distintas no espaço e no tempo, expandindo consideravelmente o alcance da comunicação e da disseminação do conhecimento (Cohen, 2017).

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo com o advento da escrita, a comunicação oral manteve sua relevância e vitalidade dentro do espaço de formação humana. Na diferentes culturas e comunidades ao redor de todo o mundo, especialmente aquelas onde a educação formal era limitada, ou que infelizmente até o presente momento ainda se encontra desse modo, a transmissão oral do conhecimento continuou a ser a forma predominante de compartilhar histórias, tradições, valores e sabedoria acumulada ao longo das gerações, passando dos mais velhos aos mais novos e assim por diante. A oralidade desempenhou e ainda desempenha um papel de fundamental importância na preservação das identidades culturais e na manutenção de tradições vivas.

A comunicação humana é uma capacidade complexa que envolve diferentes formas de expressão e de interação nas diferentes línguas, se destacando e configurando-se através da oralidade. As suas origens remontam aos primórdios da evolução humana, quando nossos ancestrais ainda não possuíam uma forma de escrita. Através da comunicação oral, os primeiros hominídeos eram capazes de se comunicar entre si, transmitir informações sobre o ambiente e trocar experiências. Os *Australopithecus*, por exemplo, já apresentavam certos aspectos de comunicação, como vocalizações para expressar emoções básicas e indicar perigo. À medida que a evolução humana progredia, essas formas mais rudimentares de comunicação foram se tornando mais complexas (Cohen, 2017).

A oralidade é fundamental para a formação dos grupos humanos, permitindo a

coordenação de ações e a construção de conhecimento como instrumento preciso para a formação social humana, pois “o homem está na permanente dependência dos símbolos verbais e, por esse motivo, o desenvolvimento da linguagem é elemento essencial à sua perfeita realização na sociedade em que vive.” (Araújo, 1965, p. 11). A comunicação oral é uma característica profundamente enraizada na evolução humana e é uma parte central das interações sociais em praticamente todas as culturas conhecidas.

A importância da oralidade na formação dos grupos humanos é indiscutível, uma vez que desempenha um papel essencial na coordenação de ações e na construção do conhecimento coletivo. Como observado por Araújo (1965), o desenvolvimento da linguagem e a capacidade de se expressar verbalmente são elementos cruciais para que o ser humano se realize plenamente na sociedade em que vive.

A comunicação oral não é apenas uma característica fundamental na história; é também uma parte intrínseca das interações sociais em praticamente todas as culturas conhecidas. Ela vai além da simples transmissão de informações e abrange a riqueza da expressão emocional, a construção de narrativas compartilhadas e a transmissão de valores, tradições e saberes, relacionando a concepção de língua enquanto prática social, segundo Marcuschi (2005, p. 14):

a língua é uma prática social que produz e organiza as formas de vida, as formas de ação e as formas de conhecimento. Ela nos torna singulares no reino animal, na medida em que nos permite cooperar intencionalmente, e não apenas por instinto.

Através da oralidade, as histórias são contadas, os mitos são preservados e as gerações mais jovens aprendem com as mais antigas, mantendo assim a continuidade cultural e a coesão social. Sendo assim, “mais do que um comportamento individual, ela é uma atividade conjunta e um trabalho coletivo, contribuindo de maneira decisiva para a formação de identidades sociais e individuais.” (Marcuschi, 2005, p.14).

A coexistência harmoniosa entre a escrita e a comunicação oral nos revela a notável adaptabilidade da nossa espécie às ferramentas de comunicação disponíveis ainda que, em alguns contextos, a tradição oral seja colocada em primeiro lugar por ordem cronológica. A escrita, com sua capacidade de preservar informações de forma duradoura e de alcançar audiências distintas no tempo e no espaço, revolucionou a maneira como acumulamos e transmitimos conhecimento, assim, ambas caminham lado a lado. A escrita se tornou uma espécie de arquivo da experiência humana, permitindo que ideias, descobertas e histórias fossem registradas e compartilhadas de geração em geração.

Essa dualidade entre escrita e comunicação oral ressalta a riqueza e a complexidade da comunicação humana. Não se trata de uma dicotomia entre uma forma superior e outra inferior

de comunicação, mas sim da coexistência de duas ferramentas complementares, cada uma com suas próprias vantagens e características únicas. Para Marcuschi (2010, p. 21), “a passagem da fala para a escrita não é a passagem do caos para a ordem: é a passagem de uma ordem para outra ordem.”. A habilidade da humanidade em alternar entre essas formas de comunicação ao longo da história demonstra nossa capacidade de se adaptar às diferentes necessidades e contextos sociais, revelando a flexibilidade e a riqueza da nossa experiência cultural ao longo do tempo.

A comunicação oral e escrita desempenha um papel fundamental na construção e no desenvolvimento das sociedades modernas, por este motivo “a oralidade jamais desaparecerá e será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão e de atividade comunicativa.” (Marcuschi, 2005, p. 36).

Além das questões já mencionadas, é importante destacar como a ausência dessas formas de comunicação pode afetar ainda mais a vida das pessoas em várias esferas. Uma das consequências diretas da falta de comunicação oral e escrita é a limitação no acesso à informação e ao conhecimento. Em um mundo cada vez mais globalizado e dependente da troca de informações, aqueles que não têm acesso a essas ferramentas estão em desvantagem. A disseminação de novas descobertas científicas, avanços tecnológicos e oportunidades de aprendizado torna-se praticamente impossível sem uma base sólida de comunicação oral e escrita. Isso prejudica as perspectivas de progresso econômico e social.

Além disso, a falta de comunicação oral e escrita pode perpetuar desigualdades sociais. Em sociedades onde a educação é limitada ou restrita a grupos específicos, aqueles que não têm acesso a essas habilidades têm suas oportunidades de ascensão social significativamente reduzidas. Para Lasswell (1971, p. 111), “Nessas circunstâncias, um elemento dirigente está especialmente alerta em relação ao outro e se apóiam na comunicação como meio para preservar o poder.”. Sendo assim, isso cria um ciclo de exclusão e de segregação que é difícil de quebrar, mantendo grupos inteiros de pessoas em desvantagem econômica e social. Por outro lado, quando as habilidades de comunicação oral e escrita são amplamente acessíveis, à sociedade como um todo se beneficia.

Contudo, em síntese, se compreende que a falta da comunicação oral e escrita pode causar diversas problemáticas na sociedade. Sem elas, existe a dificuldade na comunicação interpessoal e na interação social, o que pode porventura levar a problemas de isolamento social e exclusão que são em partes, causadores da segregação social ainda existente. Podendo, também, dificultar a transmissão de informações importantes, como conhecimentos, tradições e culturas, o que pode levar à perda de identidade cultural e de patrimônio histórico,

as experiências com base no contexto sócio-histórico de cada um, sendo assim uma forma de manter a manipulação e opressão em detrimento de uns para com os outros, uma vez que “É possível que os exemplos mais nítidos de distorções com origem do poder ocorram quando o conteúdo da comunicação é deliberadamente ajustado a uma ideologia ou contra-ideologia.” (Lasswell, 1971, p.114), nesse sentido, se relacionando a concepção da manutenção do poder de acordo com as necessidades da elite, controlando-se assim a comunicação para este fim.

Ademais, diante disso surge um agravamento ao dificultar o acesso à educação escolar, “Quando as classes dominantes temem as massas, os dirigentes não compartilham sua visão da realidade com a massa da população.” (Lasswell, 1971, p. 117). Dar a eles, os dominados, a devida educação, seria fornecer-lhes a informação própria do ato de comunicar-se, chegando ao processo do conhecimento e dando-lhes assim o poder temido pela elite. Por este motivo, por muitas vezes, a educação é limitada ou restrita a determinados grupos, pois ela é um instrumento de empoderamento, gerador do pensamento crítico que permite as pessoas alcançarem seus objetivos, contribuam para o progresso de suas comunidades e compreendam melhor o mundo que os cerca, tendo acesso à formação crítica e a liberdade desejada das amarras tecidas pela falta do conhecimento. Em muitas sociedades, o acesso à educação escolar é fator-chave para o desenvolvimento pessoal e profissional, e a falta desse acesso pode restringir as oportunidades.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

2.1 Educação escolar e Educação Familiar

Inicialmente é importante dispor sobre o conceito geral, dado a conhecimento de que “A educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades” (Viana, 2006, p. 130), desse modo ela não se configura como sendo recurso exclusivo das instituições governamentais. Contudo, estando presente e fazendo parte do cerne social, encontrada nas variadas tessituras da sociedade a se desempenhar de acordo com o contexto em que se insere, seja ela a educação tida como escolar ou a familiar.

Diante disso, é perceptível que a educação exerce estimado valor de importância para o desenvolvimento sociedade em um âmbito que permeia os diversos espaços da sociedade. No entanto, focando principalmente nos sujeitos enquanto cidadãos de direitos dos quais o conhecimento é a chave para que gozem de sua cidadania. Ela está prevista na Constituição Federal (1988), no Art. 205 que prescreve: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Consistindo no processo de ensino e de aprendizagem organizado e estruturado que ocorre em instituições educacionais, como escolas, faculdades, universidades e no contexto social das relações humanas.

Ademais, quando falamos sobre a educação formal enquanto papel da escola e/ou instituições de ensino que, por sua vez se desenvolve em espaços regulamentados para tanto, é necessária a compreensão que estas podem possuir uma determinada variação em seu processo de ensino-aprendizagem, e transitando também entre os diferentes espaços educacionais a depender do contexto sócio-histórico, cultural, de valores e tradições em que esta possa estar inserida (Oliveira, 2009).

Sendo assim, educação se coloca enquanto um espaço fundamental na construção do conhecimento que ocorre de forma sistematizada, ou seja, do que se é transmitido, seja através da oralidade, escrita, nos debates, pesquisas, enfim, dentro das variadas metodologias de ensino. Nesse sentido, Saviani (1984, p. 2) afirma que: “Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.”. Então, é possível supor o debate existente entre a educação escolar e a sua junção com o processo de ensino que leve em conta o social, “à cultura popular” presente em cada sociedade. Sendo assim, experiências e as

vivências aprendidas no contexto social dentro de uma educação tida como informal, a familiar por exemplo, para além dos espaços educacionais que, em suma, nem sempre são levadas em consideração, neste quesito de reflete nas influências que uma poderá ter sobre a outra.

A educação pensada enquanto prática da cidadania é compreendida como detentora de um papel fundante na formação social. Como já percebido, tais concepções de expressam nas diversas vertentes e caminhos que ela possui em seu íntimo e que objetivam o mesmo desenvolvimento humano, ainda que existam variações de acordo com contextos e as particularidades que formam cada grupo social. Nos detemos, por momento, em tratar sobre a educação escolar e a educação familiar.

Compreendidos enquanto cidadãos e detentores de direitos, bem como de deveres, a educação escolar deve estar para eles como obrigação do Estado, que por conseguinte tem como missão visar a garantia da cidadania, ao possibilitar o acesso a conhecimentos e habilidades que são fundamentais para o exercício e seu reconhecimento pessoal enquanto cidadãos. Além disso, ela possui grande relevância para a formação cada vez mais de sujeitos críticos com a capacidade de reflexão e de análise sobre os fenômenos sociais que ocorrem à sua volta, em seu dia a dia; sendo de suma importância para a formulação de oportunidades de transformações das realidades onde cada sujeito está inserido.

Segundo Durkheim (1973, p. 52), a educação “é antes de tudo o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência”, assim considera-se a sua importância na modificação, manutenção ou redirecionamento dentro dos grupos sociais.

Em relação à educação escolar, são existentes algumas controvérsias quanto a sua função constituinte e pela qual em suas entrelinhas foi criada. Historicamente, a educação escolar, ou conhecida também como educação formal, surge exclusivamente para determinados grupos, nascendo a partir das concepções religiosas, uma vez que “À casta sacerdotal deve-se o primeiro sistema de ensino formal, motivado pela necessidade de formar o sacerdote escriba, guardião da ordem religiosa e encarregado da administração da sociedade, membro da classe dos baluartes do absolutismo político e da ordem socioeconômica” (Giles, 1987, p.7).

Essa educação, em suma, era direcionada à elite monárquica, religiosa e burguesia europeia, tinha várias implicações. Primeiramente, ao restringir o conhecimento e as habilidades apenas a uma minoria, “Da Igreja partem os modelos educativos e as práticas de formação, organizam-se as instituições e programam-se as intervenções, como também nela se discutem tanto as práticas como os modelos. Práticas e modelos para o povo, práticas e modelos

para as classes altas [...]” (Cambi, 1999, p. 146), desse modo as civilizações antigas asseguravam que o poder e os privilégios permanecessem concentrados nas mãos de poucos, para que assim procedessem com o monopólio do poder. Com isso, a elite que era educada estava preparada para ocupar posições de liderança, administração e influência, reforçando as hierarquias sociais existentes.

Ao controlar o acesso ao conhecimento, a elite também controlava os recursos e os meios de produção. Isso garantia a continuidade da dependência das massas em relação à elite, já que aquelas participavam dos campos de trabalho e “A educação que se realizava no local de trabalho era uma Educação da reprodução, das capacidades técnicas, das classes e das relações sociais, sem valorizar realmente a inovação.” (Cambi, 1999, p. 166).

Sendo assim, a elite mantinha em suas mãos o conhecimento necessário para dominar setores importantes da sociedade como: agricultura, advocacia, medicina e administração, em sua maioria liderados por homens com poder aquisitivo, utilizando-se principalmente da retórica, como apontado por Veyne (1991) que, por pertencerem a famílias abastadas, a educação deveria ser repassada aos meninos. “Em Roma não se ensinava matérias formadoras nem utilitárias e sim prestigiosas e, acima de tudo, a retórica.” (Veyne, 1991, p. 33).

Porventura, houve a transição da educação formal como ferramenta de dominação usada pela elite para um sistema mais acessível e igualitário; ocorreu ao longo de vários períodos históricos, impulsionada por mudanças sociais, econômicas e filosóficas. Principalmente, as que se relacionam às concepções religiosas: “Trata-se da afirmação de um novo ‘tipo’ de homem (igualitário, solidário, caracterizado pela virtude da humildade, do amor universal, da dedicação pessoal, como ainda pela castidade e pela pobreza) [...]” (Cambi, 1999, p.121), valores dos quais, em suma, de maneira intrínseca se encontram idealizados nesse processo de reformulação.

Essas novas ideologias, com base também na radicalidade do pensamento trazidas à tona por Marx e Engels que desempenharam um papel crucial na formação das sociedades modernas e na busca por igualdade de oportunidades. Durante grande parte da história, a educação formal estava nas mãos da burguesia, limitando o acesso ao conhecimento e às habilidades apenas a um segmento privilegiado da sociedade que seriam justamente os com mais poder aquisitivo. No entanto, ao longo do tempo, várias mudanças começaram a desafiar essa dinâmica, com a formação de um pensamento mais igualitário para os diferentes grupos.

Atualmente, a educação formal é amplamente reconhecida como um direito humano fundamental e um meio de capacitar as pessoas a atingirem seu potencial máximo. Embora desafios de acesso e de qualidade ainda existam em várias partes do mundo, houve progressos

significativos na expansão da educação acessível para todos.

Desse modo, ainda que com as transformações dentro do contexto educacional, muitos caminhos inoportunos continuam causando máculas com possibilidades de modificação restritas das quais determinados grupos, muitas vezes marginalizados, ainda não fazem parte dessa transformações por políticas públicas que ainda os segregam, uma das principais consequências da falta de igualdade no acesso à educação escolar é a ampliação das desigualdades socioeconômicas (Cury, 2002, p.247).

Somo levados a refletir que quando apenas alguns indivíduos podem ter acesso à educação formal, se remonta a manutenção do monopólio do poder concentrado nas mãos de poucos, muitas vezes daqueles que possuem valores pecuniários maiores. Sendo assim, há manipulação para que a falta de acesso à educação continue o mantendo em um só lugar, quando apenas alguns indivíduos têm o acesso a ela, assim perpetuam a concentração de renda e mantém a segregação e exclusão social de acordo com os interesses de comando.

A configuração dessas formas de controle ocorre, em princípio, na educação, sendo evidenciado, em sua maioria, no campo de trabalho. Segundo Araújo (2013, p.133):

É de conhecimento de todos que na contemporaneidade quanto maior for o nível de escolaridade do indivíduo maior será sua chance de manter-se competitivo no mercado de trabalho, assim como participante ativo nas relações sociais de poder, enquanto para aquele de pouco estudo resta-lhes apenas a condição de subalterno e, em muitas situações, de marginalizado.

Seguindo os paralelos da educação, chegamos à educação familiar que ocorre nos meios de convivência em que os indivíduos fazem parte, podendo ela ser considerada com uma certa informalidade. Para Libâneo (2010, p. 31), ela ocorre em vários espaços, por isso informal.

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas.

A educação familiar, ou seja, a transmissão de conhecimento, valores e habilidades de geração para geração, dentro das famílias, é uma parte crucial para a vida humana ao longo de toda a sua formação e história. Embora a forma e o conteúdo da educação familiar possam variar segundo a diversidade de culturas, épocas e circunstâncias, a ideia de que os familiares desempenham um papel de extrema importância na educação de suas crianças é uma constante em praticamente todas as sociedades humanas estejam elas presentes nos mais variados espaços.

Em um contexto geral a educação familiar é considerada informal por permear os diferentes espaços para a sua constituição, desenvolvendo ainda assim um papel fundante no

processo de ensino e de formação do conhecimento, principalmente na construção de relações sociais entre as diferentes vivências dos sujeitos em seus contextos, levando em consideração os aspectos morais e culturais próprios de cada ciclo familiar, “a informal, opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados.” (Ghon, 2006, p. 29). Nisto, se compreende que a educação familiar está também para a formação social, bem como a educação escolar, apenas se diferem em seus espaços de constituição e na forma da sua organização. Para a família, pontos importantes de sua própria cultura e moral devem ser transmitidos àqueles que fazem parte do seu ciclo familiar; segundo Cambi (1999, p. 80): “A família, em qualquer sociedade, é o primeiro lugar de socialização do indivíduos, onde ele aprende a reconhecer a si e aos outros, a comunicar, a falar, onde depois aprende comportamentos, regras, sistemas de valores, concepções de mundo.”.

Sendo assim, ainda que com o desenvolvimento de sistemas educacionais formais, a educação familiar seguiu a desempenhar um papel crucial, complementando o aprendizado formal e tendo um impacto profundo no desenvolvimento humano. Valores, ética, habilidades sociais e atitudes em relação à aprendizagem são muitas vezes moldados por meio da interação dentro das famílias.

2.2 Comunicação e Cidadania

Para dar início, ao que se refere sobre a comunicação e sua terminologia, a mesma deriva do latim *communicare*, que traduzindo-se é o mesmo que “tornar comum”, “trocar opiniões”, podendo ser considerado então uma forma de troca de informações e opiniões que por esse caminho da comunicação se tornam comuns a todos (Meneghetti, 2001, p. 20).

O ato de se comunicar é uma característica fundamental da experiência humana, e sua evolução ao longo dos séculos reflete a capacidade inata da humanidade de se conectarem uns com os outros, compartilhando ideais e transmitindo conhecimentos; se refere a um fenômeno intrínseco a própria experiência humana e tem sido objetivo de diversas disciplinas e pesquisas ao longo dos anos, que também são importantes para o debate no desenvolvimento da sociedade. “Desde o início dos tempos o homem procura se comunicar, a princípio por gesto, linguagem corporal ou verbal, mas percebe a necessidade de transmitir suas mensagens e perpetuar seu conhecimento para outras gerações.” (Dias, 2013, p. 22). Sendo assim, surge a necessidade própria do ato de comunicar, oralizar aquilo que deseja ser transmitido, as informações a serem passadas por meio da linguagem. No entanto, sua relevância transcende os aspectos meramente linguísticos, estendendo-se para a formação e a construção de laços

sociais quando possibilita o envolvimento de todo um grupo.

Dentre seus múltiplos papéis na sociedade, a comunicação desempenha um papel relevante na construção e manutenção de relações de poder e na resolução de conflitos, sendo através dela que são passadas de geração a geração seus conhecimentos e sua cultura de formação intelectual e social. Sobre isso, Melo (1998, p. 187) afirma que: “É através da comunicação que as gerações mais velhas transmitem às gerações mais novas o seu acervo de experiências, os símbolos, as normas, os mitos acumulados.”. Sendo assim, é possível a compreensão da importância que a comunicação tem para a formação dos contextos sociais em que são experienciados por cada sujeito, uma vez que as limitações causadas pela falta dela, podem causar diversos impactos negativos, transmitindo uma cultura de incomunicabilidade de acordo com o modo em que ela está sendo ou não desenvolvida.

Ademais, é considerada a existência de uma relação intrínseca entre a comunicação e a cidadania, já que ambas podem permear pelo âmbito sociopolítico. Quando a comunicação permite o entendimento de informações, possibilita a compreensão e a reflexão, gerando sujeitos críticos e logo conscientes de seu papel, espaço e direitos, se encaminham para a cidadania, uma vez que “A comunicação oral é fundamental para o desenvolvimento e para o bom funcionamento de uma sociedade.” (Rodrigues, 2020, p. 2).

Para Tiene (2005), o ato de comunicar-se desempenha um papel fundamental na formação de uma sociedade democrática e inclusiva, permite que as vozes de todos sejam ouvidas, que informações sejam compartilhadas de maneira justa e que o diálogo construtivo seja incentivado, possibilitando a transmissão de informações, ideias e valores entre os indivíduos, e facilitando o exercício pleno dos direitos e deveres inerentes ao cidadão que implica na participação ativa na vida política, social e econômica da comunidade. Contudo, a cidadania é um conceito fundamental no âmbito sociopolítico, que denota a condição legal e social de pertencer a uma determinada nação ou comunidade política.

A comunicação possui um papel fundamental no desenvolvimento da cidadania na sociedade, capacitando os cidadãos a participarem ativamente na vida pública, a entenderem seus direitos e responsabilidades, a tomarem decisões informadas e a contribuírem para o bem-estar coletivo. Se trata de um pilar importante para a cidadania, pois permite o acesso à informação e o entendimento das dinâmicas sociais e políticas, facilitando o diálogo entre os cidadãos e as instituições para que assim expressem suas necessidades e demandas, influenciando políticas públicas e participando ativamente na construção de uma sociedade justa. (Tiene, 2005).

A importância da comunicação para a cidadania é uma junção essencial na construção

de uma sociedade democrática e engajada. Vai além do simples ato de votar; trata-se de um compromisso ativo com a vida pública, um desejo de compreender as questões em jogo e em uma disposição para tomar decisões informadas das quais compreendem de fato o que ocorre, através de uma comunicação acertada, que moldam o futuro coletivo. “O ideal de uma sociedade democrática só poderá ser pleno quandoos interesses coletivos permeiam a esfera pública. Uma sociedade pautada pela transparência, pelo exercício da cidadania, pela participação ativa e política do cidadão é o que consideramosdemocrática.” (Mainieri; Rosa, 2012, p. 204-205). E como apontado por Tiene (2005) essa participação ativa se dá através da comunicação, sendo assim, teor que configura também a democracia.

Sobre cidadania, Maria de Lourdes M. Covre (1991) afirma ser um direito pleno à vida, assumindo uma dimensão ampliada de plenitude existencial com a construção coletiva, ou seja, em sociedade. Essa construção coletiva envolve o acesso a todos os níveis de existência, não apenas no âmbito material, mas também nas dimensões sociais, culturais e políticas, justificando a ideia que se trata do sentido amplo da existência humana.

Vemos o exposto quando é afirmado (COVRE, 1991, p. 11) que:

[...] penso que a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo.

Contudo, diante do exposto é possível compreender o papel da cidadania como peça principal para a definição e vida do homem no universo, com base em reflexões sobre seu valor e seu lugar no mundo, bem como as vivência que este tem em sociedade de acordo com suas responsabilidades e um pensamento para além de si mesmo, pensando nas perspectivas de vida das gerações futuras e em como essa sociedade se mostrará a elas. Tais reflexões, por sua vez, só se possibilitam a partir da comunicação, pois “[...] quanto mais comunicação, mais cidadania, e quanto maior e mais qualificada for em sociedade, mais comunicacional ele será, pois estará estabelecida entre os sujeitos uma relação horizontalizada.” (Tiene, 2005, p. 70).

Em suma, pode ser considerado que a comunicação entre a humanidade é um pilar central para assegurar uma cidadania ativa que se refira à participação responsável dos cidadãos em todos os aspectos da vida pública, uma vez que cientes e informados através da comuniação sobre as implicações sociais, contribuem na construção de um bem-estar coletivo. Sendo o investimento no fortalecimento da comunicação um direito humano e indispensável para a sua consolidação, uma vez que, esse fortalecimento da comunicação é um direito essencialmente vital para a liberdade de expressão, informação e participação cívica. Ela é uma abordagem dinâmica e envolvente da sociedade, que por sua vez se integra

profundamente com as questões sociais, políticas e econômicas que moldam o cenário do país. Através dela, vozes marginalizadas são amplificadas e as injustiças são expostas, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. Por sua vez, os cidadãos ativos estão comprometidos com a compreensão das políticas públicas, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça social e o fortalecimento da comunidade. (Tiene, 2005).

Contrariando essa atividade, há o lado não ativo que se refere à falta de engajamento, participação e envolvimento dos indivíduos nos assuntos públicos de uma sociedade, seja por não compreender de modo acertivo, ou por impases na comunicação que venham a implicar de maneira negativa nesse entendimento. Ao contrário da cidadania ativa, que enfatiza a participação nas questões sociais e decisões, a não ativa é caracterizada pela passividade e pelo distanciamento dos assuntos que afetam a comunidade e o país como um todo, justamente uma característica proveniente de uma sociedade movimentada a partir de uma comunicação clara e acertiva.

A comunicação desempenha um papel crucial na educação cívica, possibilitando que os cidadãos compreendam seus direitos e deveres na sociedade e no sistema político do qual fazem parte. Através de informações acessíveis e claras, os indivíduos aprendem a se envolver de maneira informada e eficaz, sendo eles sujeitos ativos, e desse modo, contribuindo para a tomada de decisões políticas que implicam direta e indiretamente em suas vidas, uma vez que, a comunicação quando explorada de maneira inadequada pode se transformar em uma ferramenta de manipulação.

Podemos afirmar essa concepção a partir da obra “O Príncipe” de Maquiavel. Nela, a figura de poder (o governante) é levada a refletir o que deve ou não comunicar ao seu povo, podendo, nesse sentido, haver a manipulação da informação de acordo com as necessidades e desejos de quem detém o poder (Maquiavel, 1999, p. 101). Isso ocorre quando informações distorcidas, emoções são exploradas e fatos são omitidos, com o intuito de influenciar as percepções e ações das pessoas. Quando usada de maneira antiética, com a falta de respeito e de responsabilidade, pode ser empregada para consolidar o poder, reforçar desigualdades, desviar a atenção das questões importantes e moldar a opinião pública conforme as agendas de certos grupos.

Em última análise, a maneira como a comunicação é usada depende das intenções e valores dos emissores da mensagem. É importante que os cidadãos desenvolvam habilidades críticas de análise de informações e busquem fontes confiáveis para evitar a manipulação e tomar decisões informadas e conscientes.

Em contrapartida, na ligação existente entre a comunicação e a cidadania, são

perceptíveis meios que melhor possibilitem seu funcionamento, como, por exemplo, o acesso à educação e ao processo de leitura, não apenas a de mundo, mas da cultura letrada. Ao explorar a literatura, os leitores são capazes de se tornar mais conscientes dos seus direitos. Em essência, a cultura da leitura é uma base sólida para a cidadania, capacitando indivíduos a se envolverem eficazmente na sociedade e nos processos democráticos. Segundo Silva (2002, p. 75) “Ler é um direito de todos, ao mesmo tempo, um instrumento de combate à alienação e à ignorância”. Logo, é compreendido que a leitura se impõe enquanto instância fundamental no processo de cidadania, uma vez que, ser cidadão só é possível através da democracia e essa só ocorre quando os indivíduos são levados a serem críticos para analisarem as diferentes concepções e criarem suas escolhas com base no que é disposto, tanto dos códigos morais, sociais, civis e judiciários de uma sociedade.

Diante desse ponto de vista, podemos compreender que a literatura brasileira tem um papel fundamental no contexto cultural, comunicativo e cidadão do país. Ela reflete a diversidade cultural, histórica e social, contribuindo para a construção da identidade nacional. “Na busca de poder interpretar o Brasil, nossos intelectuais procuraram a partir da visão sociológica, produzir ensaios que pudessem proporcionar reflexões sobre a realidade, partindo, portanto, para os problemas nacionais” (Rufino, 2013, p. 5).

Ao abordar questões sociais e políticas, a literatura promove debates e conscientização sobre desigualdades e desafios da sociedade; sendo assim, trabalhá-la no processo educacional, pode servir como uma forma de promover a garantia da cidadania. Assim nos deteremos a tratar sobre ela logo em sequência.

CAPÍTULO 3 - A OBRA “VIDAS SECAS”

3.1 Literatura

Conceitualizar o significado de literatura é relativamente algo que oferece grande dificuldade para uma definição concreta de seu conceito. Por muito tempo, ela foi vista como algo somente ficcional, por não se deter apenas sobre a veracidade dos fatos; porém, mesmo ao enveredar pelos caminhos do imaginário, ela se aproxima das realidades vividas no cotidiano social, estando ela então, segundo Veyne (apud Santos, 2004, p. 1727): “Longe de se opor à verdade, a ficção não é senão um subproduto dela”. Assim, a aproximação entre realidade e ficção representa situações realmente vividas.

A conclusão sobre seu conceito depende então de como a interpretação a respeito dela será feita. Segundo Eagleton (2006, p. 12), a “definição de literatura fica dependendo mais da maneira pela qual alguém resolve ler, e não da natureza daquilo que é lido”. Se ligarmos isso a visão da literatura como uma arte, chegamos ao entendimento de que as reflexões e interpretações sobre uma única obra poderão ser feitas de diferentes maneiras, sendo assim fruto do cotidiano e do motivo pelo qual tal obra está sendo lida, justificando também a relação da literatura não somente com o ficcional, mas também fazendo parte da realidade social.

Detendo-se a literatura brasileira, especificamente durante a segunda geração do modernismo, é possível observar que ela se faz a partir de um contexto social marcado por diversas transformações envoltas nos diferentes aspectos sociais como a política e a cultura no Brasil, bem como as influências do contexto internacional. Como suas características essa geração da literatura apresenta novas abordagens estéticas e temáticas, se ocupando principalmente de temas relacionados as questões sociais e da política, em contrapartida com a primeira geração do modernismo, a qual centravasse na renovação formal da literatura (Garcia, 1998, p.45)

Por sua vez, a segunda fase do modernismo conhecida como regionalismo, traz em sua essência denúncias sobre os contextos sociais de desigualdades vividos, esses por sua vez, variam de acordo com cada região ao longo da extensão terrestre brasileira. “Na literatura, o romance em particular, como documento histórico e social, reflete a sociedade em que o romancista vive” (Garcia, 1988, p. 46). Contudo, podemos exemplo bem clássico abordado, são as realidades vividas pelo povo nordestino e, principalmente, a seca causadora de inúmeras mazelas sociais como: fome, falta de segurança, educação e saúde, escritas por autores como Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz, ambos nordestinos que vivenciaram na pele a seca e as dificuldades trazidas por ela.

Em nossa literatura, uma obra que muito bem retrata essas desigualdades e a dura vivência no nordeste brasileiro durante a seca é a obra literária “Vidas Secas” (1938) de Graciliano Ramos, um romance regionalista escrito na década de 30. Considerando o propósito no regionalismo como movimento que objetiva o retrato das realidades sociais, econômicas e culturais de regiões específicas do Brasil de maneira autêntica e crítica. Nesse contexto, “Vidas Secas” encontra um espaço de relevância.

A atenção do autor, Graciliano Ramo, se liga a uma realidade tipicamente regional, a seca, vista no árido no sertão nordestino brasileiro, bem como tantas outras mazelas presentes causadas em decorrência da seca, sequeidão essa que não se configura apenas na terra, mas também na relações e vivências dos contextos desse espaço. O olhar centrado nesta direção de um ambiente geograficamente limitante e nas vidas daqueles que o habitam, se torna uma característica marcante trazendo para as entrelinhas da escrita os cenários devastados e complexos, muitas das vezes negligenciados pela literatura mais tradicional, focado no conto do que socialmente é visto e aceito como o que é “belo”.

3.2 Graciliano Ramos: o “Velho Graça” e sua obra Vidas Secas (1938)

A literatura, diferentemente do que pensam a seu respeito sobre ser ou não algo meramente ficcional, frequentemente atua como um espelho que reflete não apenas as histórias imaginadas pelos escritores, mas também as experiências vividas por eles e as realidades que os moldam de acordo com seu contexto de vida, uma vez que somos representações daquilo que vivemos. Graciliano Ramos de Oliveira, também conhecido como “Velho Graça”, nasceu na zona da mata alagoana no final do século XIX, em 1892, na cidade de Quebrangulo, interior do Estado de Alagoas. Nascido em família de classe média, passou uma parte de sua infância em Alagoas e em Pernambuco, viajou para o Rio de Janeiro e, já adulto, retornou a Alagoas. Foi eleito prefeito da cidade de Palmeira dos Índios e nesse período, Graciliano já havia iniciado a sua ligação com a escrita, trabalhando anteriormente como jornalista na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com as informações de Alfredo Bosi (2001, p. 452 - 457).

Ainda de acordo com Bosi (2001), em suas obras, trabalhou principalmente com o realismo político, sendo perspicaz em suas críticas sociais e políticas. Enquanto prefeito teve um desempenho exemplar, com o apoio do então governador do Estado para a sua candidatura. Ao final de sua gestão, escreveu um relatório detalhando os acontecimentos desse período e que logo em seguida ganhou notoriedade pela riqueza dos detalhes contidos nele, impulsionando assim a publicação de seu primeiro livro, *Caetés* (1933).

A preocupação em relatar as duras realidades vividas pelo povo está implícita em sua trajetória logo de início, eis um trecho do relatório feito por Graciliano, detalhando a real situação encontrada por ele na cidade em que foi gestor (Ramos, 1930):

Encontrei em decadência regiões outr'ora prosperas; terras araveis entregues a animaes, que nellas viviam quasi em estado selvagem. A população, minguada, ou emigrava para o sul do Paiz ou se fixava nos municípios vizinhos, nos povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós umas sanguessugas. Vegetavam em lastimável abandono alguns agregados humanos.

A visão de Graciliano a respeito das realidades sociais chega também àqueles na área da educação. Em um de seus escritos chamado “Garranchos” (Ramos, 1920, p. 61), ele demonstra isso:

[...] Vai como uma súplica endereçar-se ao governo: partiu pela minha pena desses infelizes pais de família que veem, dia a dia, a miséria invadir-lhes o lar, onde não penetrou ainda, balsâmica e divina, a fonte do bem humano: o livro!

A carreira de Graciliano Ramos, o autor de “Vidas Secas”, perpassou por diferentes espaços de maneira diversificada. Em sua relação a sua trajetória com a educação, um de seus momentos importantes ocorreu em sua atuação como diretor na instrução pública no estado de Alagoas. Seu início desempenhando as funções na direção deram início no ano de 1928, suas atribuições e responsabilidades estavam relacionadas à gestão e ao desenvolvimento da educação pública na região. Com um olhar voltado já anteriormente para questões em que a educação de acordo com sua observância possui grande relevância, buscou empreender seus esforços para melhorar a qualidade da educação e promover reformas educacionais, uma vez que observava de perto as desigualdades sociais enfrentadas tanto nas comunidades em relação a economia quanto pelos sistemas educacionais, pontos sofridos pelas comunidades menos privilegiadas (Moraes, 2012).

A observação direta feita pelo autor revelou várias deficiências e desigualdades que comprometem a qualidade da educação. Destacando a falta de recursos e infraestrutura nas escolas, resultando em um ambiente pouco propício para o aprendizado. No centro de suas reflexões e críticas em relação a educação, trazia consigo a preocupação com a justiça social e capacidade da educação de ser uma ferramenta catalizadora, funcionando assim de modo positivo na vida dos sujeitos. Sua experiência como Diretor da Instrução Pública o sensibilizou para as questões educacionais e sociais do Brasil da época, influenciando não apenas suas atividades no serviço público, mas também sua perspectiva literária. As críticas de Graciliano às deficiências do sistema educacional se tornaram uma das facetas do seu engajamento mais amplo com as questões sociais e políticas de sua época.

Na década de 1930, período em que o livro foi publicado, o Brasil enfrentava várias transformações, tendo como marcantes a Revolução de 30 e o Estado Novo. Em 1936,

Graciliano Ramos após um forte perseguição sofrida ao ser considerado participante do Partido Comunista, pelo regime autoritário da época, foi por sua vez essa experiência fator chave para que a partir do período em que esteve em cárcere fosse escrito e publicado “Vidas Secas”, sendo o seu período na prisão um marco de relevância para a escrita da obras (Moraes, 2012).

Sua experiência de vida na prisão durante a Revolução de 30 e o Estado Novo, a qual o país enfrentava um forte momento de instabilidade política e logo em suas políticas públicas, influenciou profundamente a visão disposta sobre as injustiças e a opressão. Com isso é possível presumir e observar o ressurgimento deste tema nas entrelinhas das páginas do romance “Vidas Secas”, a família de retirantes sofre não tão somente com as dificuldades e mazelas da seca, mas enfrentam também as explorações da própria crueldade humana, como a manipulação do poder e depreciação do outro. Os personagens, por meio de sua voz, dão vida as inquietações do autor e suas críticas à sociedade que ele testemunhou e experienciou (Reis, 1993).

Durante “Memórias do cárcere” (1953), podemos perceber em alguns fragmentos justamente algo que se assemelha aos fatos escritos em relação à prisão sofrida por Fabiano, personagem de “Vidas Secas”, quando reflete e relata sobre suas memórias: “Mostraram sem nenhuma cerimônia: o tratamento que dispensam aos malandros e aos vagabundos foi apresentado sem disfarce aos intelectuais, que durante um ano se confundiram com vagabundos e malandros, numa promiscuidade nunca vista por essas bandas.” (Ramos, 1953, p. 100). Sendo assim, um ponto de ligação com a prisão injustamente sofrida por Fabiano que reflete ter sido colocado no meio de vários “malandros”. Ainda que a obra não seja considerada uma autobiografia direta, é cabível observar que sua experiência no momento que passou na prisão notavelmente influenciou vários aspectos no decorrer da obra. Embora não seja autobiografia direta, a influência desua experiência na prisão é visível em vários aspectos da obra. A crítica social é um fio condutor, espelhando a injustiça que Graciliano enfrentou (Reis, 1993).

A história da obra escrita por Graciliano, relata a vida sofrida de uma família sertaneja que em decorrência da seca è obrigada a viver em ciclos de êxodo na busca por sobrevivência em novas terras que venham, ainda que momentaneamente, a serem fecundas e propícias a vida humana e animal. No decorrer do percurso de construção, é possível supor que foram justamente as experiências de vida do autor, durante principalmente sua infância que influenciaram a escrita que, não obstante, simula através de uma linguagem e escrita “seca” a realidade do sertão. “Vidas secas, secas como a terra nordestina, sem alegria nem ternura, nem beleza” (Garcia, 1988, p.70), logo se pode observar o mesmo aspecto na simplicidade da

linguagem, é o que pode ser considerado como o cerne para conferir profundidade à narrativa.

As palavras fazem parte do contexto de formação humana em sua comunicação, com isso estando elas muitas vezes escassas, carregam um peso emocional poderoso, destacando a brutalidade do ambiente e a resistência do espírito humano que caracteriza essa escassez como reflexo da realidade vivida pelos sujeitos presentes nos determinados espaços, segundo Garcia (1988, p. 70) a linguagem da obre se faz “seca como a terra nordestina”.

Seus personagens são Fabiano, Sinhá Vitória, seus dois filhos chamados de Menino mais novo e Menino mais velho, Seu Tomás da Bolandeira, a Cachorrinha Baleia e os que podemos considerar como as figuras representantes do Estado, o Soldado Amarelo, o comerciante e o patrão. Considerada um romance regionalista, ela pode ser vista como desmontável, uma vez que seus capítulos foram escritos de forma independente e o romance é narrado em terceira pessoa, com uma linguagem direta na qual o narrador se encontra onisciente. Segundo Baumgarten (1986, p. 187 apud Botoso, 2013, p. 62), a presença do narrador “vem comprovar a dificuldade da personagem de se comunicar. Ao legar a terceira pessoa para narrar, Graciliano Ramos o fez pela impossibilidade das suas personagens se darem a conhecer pelas próprias palavras.”.

No centro da trama e encontra a luta pela dignidade e pela identidade, que muitas vezes é perdida ou nem chega a ser compreendida por não ser apresentada, reafirmado o valor de cada sujeito, não conhecendo sobre o valor de mim mesmo se dificulta a compreensão de quem sou e logo da identidade própria. A família de retirantes busca um lugar ao sol, um sentido de pertencimento em uma terra que os desafia a cada passo, são “[...] seres oprimidos pela consciência de isolamento, seres fragmentados que, apesar de sua solidão interior, lutam pela afirmação da individualidade.” (Ribeiro, 2019, p. 179). A procura pela identidade se faz ressoar universalmente, estando para além do ambientes específico do sertão nordestino, nos mais diferentes espaços em que por algum motivo ocorra a ruptura na compreensão e exploração sobre o conhecimento de si. Em sua narrativa, Graciliano Ramos explora a luta constante não só do povo nordestino, mas de todos os seres humanos nos múltiplos cenários, com objetivo em encontrar um lugar de significado e realização.

No tópico seguinte trataremos sobre as relações de poder expressas no livro, de acordo com suas características e influências que exercem.

3.3 Representações reais

3.3.1 Fabiano

O sujeito Fabiano representa o protagonismo dessa história, sertanejo típico, com a

característica de homem bruto que o próprio acredita ser necessária para a sua sobrevivência em sua dura realidade, apresenta grande dificuldade em se expressar por não saber “falar direito”: “Todas as vezes em Fabiano enfrenta problemas, tais problemas relacionam-se a sua incapacidade para expor e defender suas ideias por meio de atos comunicativos” (Botoso, 2013, p. 63). Por este motivo, em determinado momento ele se considera igual a um animal e que é incapaz de se impor diante de injustiças que ele reflete e acredita sofrer. Assim podemos enxergá-lo como um ser que foi animalizado pelo meio em que vive.

Vários trechos trazem a contextualização das considerações de Fabiano enquanto ser “bruto”, em variados momentos vemos a afirmação em relação a essa brutalidade: “Era bruto, não fora ensinado” (Ramos, 1982, p. 118); “Não compreendia nada, era bruto” (Ramos, 1982, p. 120). Nas duas afirmativas vemos que existe a questão da falta do conhecimento formal, uma vez que ele compreende o mundo à sua volta, o que está implícito nas entrelinhas quando se liga a sua condição em relação a falta de ensino ou não compreensão das coisas. Na obra literária a palavra “bruto” é vista recorrentemente usada por Fabiano para descrever a si mesmo, ela descreve o modo como ele se enxerga, alguém com certa limitação de intelectualidade que não consegue de certo modo se expressar de modo eloquente e por esse motivo acaba se encontrando frequentemente submisso aos outros e as suas vontades, reprimindo a si próprio.

Essa auto definição como “bruto”, “bestializado” reflete o impacto da marginalização e das condições de vida precárias sobre a autoestima de Fabiano. O próprio internalizou sobre si uma a visão de sua imagem de acordo com a projeção feita pela sociedade em relação a ele, visto como inferior e menosprezado. Essa autopercepção negativa sofre a influência das relações de poder, sejam elas econômicas ou intelectuais, que existem na sociedade, pelas quais os com menos pode aquisitivo e/ou menos educados conforme o ensino formal, são muitas vezes estigmatizados. De acordo com Azevedo Filho (1975, p. 67): “Se apresentam coisificados ou bestializados pelo trabalho e pela fome”, situação que a Fabiano e sua família é imposta e tomada para si como verdade de sua “bestialidade”.

Ao ser relaizada uma análise profunda, é possível supor que a autodenominação de Fabiano serve como reveladora da falta de oportunidades educacionais já que por sua vez, o acesso precarizado pode contribuir para uma autoimagem depreciativa, uma incoerência em na percepção de sua própria identidade. A educação, ou a falta dela, muitas vezes molda como as pessoas se veem e como se percebem em relação aos outros. A incapacidade de ler, escrever e se expressar verbalmente alimenta sua ideia de ser “bruto” já que por esse motivo não possui conhecimento, ainda que possua uma rica bagagem de saberes, ele não os considera, quando

na verdade é consequência da falta de acesso a recursos educacionais e a marginalização imposta. Ademais, sua autopercepção ressalta a interseção entre identidade, sociedade e autoimagem.

No entanto, é importante destacar que é possível observar em Fabiano que apesar de se enxergar bruto, é um homem prático e observador, analisando a partir das experiências que ele possui em seu cotidiano. Mesmo que ele considere que por sua dificuldade de comunicabilidade, seja incapaz de se impor a determinados fatos, possui uma visão aguçada do mundo à sua volta e é capaz de tirar das situações que enfrenta lições importantes. Exemplo é a percepção que ele tem da força que a seca possui em destruir as suas construções ao longo da vida e o reconhecimento das injustiças, bem como as opressões que sofrem não somente ele, mas grande parte dos trabalhadores, mesmo que não tenha uma visão muito clara sobre como mudar essa realidade. Fabiano demonstra devido ao fato de que:

Se pudesse mudar-se, gritaria bem alto que o roubavam. Aparentemente resignado, sentia um ódio imenso a qualquer coisa que era ao mesmo tempo, a campina seca, o patrão, os soldados e os agentes da prefeitura. Tudo, na verdade, era contra ele. Estava acostumado, tinha a casca muito grossa, mas às vezes se arrelia. (Ramos, 1982, p. 121).

Ou:

Então por que um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. (Ramos, 1982, p.37).

Uma importante característica intelectual que também pode ser observada em Fabiano é como, apesar da inúmeras questões relacionadas a uma educação formal e a aprendizagem, ele possui a capacidade inata e inerente a todo sujeito de aprender com sua experiência de vida, é nesse espaço que se confirma a educação como uma prática não somente formal dentro das escolas, mas também de vida dentro dos espaços sociais em que cada um se faz presente como por exemplo a família e para além disso, a leitura do mundo que cada um realiza sobre seu contexto de acordo com sua percepção. Ainda que possamos observar que ele não detém o que conhecemos como educação formal, ainda assim ele aprende a lidar com a seca, a caçar, a lidar com o patrão, conhecimentos esses próprios e possíveis de serem adquiridos com suas vivências. A maneira como ele lida com os desafios da vida cotidiana evidencia sua inteligência prática, trazida em sua bagagem de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, compreendendo a necessidade de se abrigar durante as noites, identificar os indícios de chuva no céu, escolher os melhores caminhos no sertão e cuidar de seus rebanhos de maneira eficaz, assim como de sua família. Esse conhecimento adquirido ao longo dos anos de observação e aprendizado direto revela uma conexão profunda com a natureza e uma compreensão íntima

das nuances do ambiente em que vive.

Além disso, Fabiano demonstra um entendimento aguçado das dinâmicas sociais. Embora ele não seja letrado, consegue discernir quando está sendo explorado por patrões ou soldados. Segundo Garcia (1988, p. 70), Fabiano “[...] tem consciência da opressão exercida sobre ele, mas nada pode fazer, não é capaz de expressar, apenas grunhe como animal”, essa afirmação pontua as questões em que ele se vê enquanto um animal, incapaz de lutar contra as arbitrariedades por não ser letrado ou possuir a linguagem oral desenvolvida.

Apesar dessas características que podemos considerar como um ponto positivo em Fabiano, devemos notar algumas limitações por sua própria ignorância e pela falta de oportunidades, podemos ver que ele se enxerga assim quando reflete não ser capaz de se comunicar como seu Tomás da Bolandeira: “Em horas de maluqueira Fabiano desejava imitá-lo: dizia palavras difíceis, truncando tudo, e convenciam-se de que melhorava. Tolice. Via-se perfeitamente que um sujeito como ele não tinha nascido para falar certo.” (Ramos, 1982, p. 25).

Além disso, o ambiente hostil e desafiador do sertão, onde as preocupações diárias estão ligadas à sobrevivência, não oferece muitas oportunidades a Fabiano para buscar conhecimentos mais amplos, ou desenvolver habilidades linguísticas. “Dessa maneira, tanto a linguagem oral quanto a escrita vão se transformar em instrumentos de dominação nas mãos dos opressores de Fabiano, impedindo que ele consiga esboçar qualquer reação ou que possa superar e enfrentar aqueles que o enganaram, ludibriam ou roubam descaradamente.” (Botoso, 2013, p. 64). A falta de tempo, recursos e acesso a materiais educacionais contribui para a perpetuação de auto depreciação e a crença em sua própria “ignorância”.

O contraste entre Fabiano e Tomás da Bolandeira destaca as disparidades sociais e educacionais presentes na sociedade, pois ele “sonha em ser homem, em poder falar como seu Tomás da Bolandeira, que sabia ler, possuía livros e jornais.” (Garcia, 1988, p. 70). No entanto, também podemos supor que diferentes formas de conhecimento e sabedoria são valorosas. Enquanto Tomás pode ter conhecimentos formais, Fabiano possui um conhecimento empírico fundamental para a sobrevivência e compreensão do ambiente em que vive.

Sendo assim, a autopercepção de Fabiano como alguém incapaz de falar bem ou possuir conhecimentos formais está enraizada em sua falta de educação formal e nas normas sociais que reforçam essa auto depreciação, a dificuldade de acesso à educação escolar, uma vez que vivendo em êxodo, a tornava inviável e favorecia o processo de repetição de ciclos: “Era sina. O pai vivera assim, o avô também. E para trás não existia família. [...] Conformava-se, não pretendiamais nada.” (Ramos, 1982, p. 122).

Tal conformação impedia o acesso à informação e ao conhecimento acumulado pela humanidade. Ele também é vítima do sistema de opressão que vigora em determinados grupos, que o mantém preso a uma vida de miséria e sofrimento, se configurando “sobretudo com a autoridade (o soldado, o patrão, o funcionário municipal), Fabiano comprova os prejuízos causados pela sua carência linguística, carência esta que o impede de desfazer o equívoco” (Cintra, 1980, p. 50 apud Botoso, 2013, p. 63). Embora o êxodo de Fabiano e sua família seja impulsionado principalmente pela luta em busca da sobrevivência, a falta de oportunidades educacionais desempenha um papel indireto ao afetar suas habilidades, opções e perspectivas. A ausência de educação formal e da linguagem verbal contribui para a vulnerabilidade das classes trabalhadoras, tornando-as mais propensas a enfrentar exploração, dificuldades econômicas e a falta de mobilidade social.

O ciclo de repetição na vida de Fabiano, como o retratado em “Vidas Secas”, é um aspecto central que ilustra as dificuldades enfrentadas pelas classes trabalhadoras e como essas dificuldades muitas vezes perpetuam-se de geração em geração. Esse ciclo é notavelmente expresso nas circunstâncias e nas decisões que ele e sua família enfrentam ao longo da narrativa.

No capítulo “Fuga”, vemos Fabiano e sua família forçados a abandonar a fazenda onde estavam trabalhando devido à seca, à exploração e à falta de recursos, “Ele faz surgir uma esperança, embora fraca” (Garcia, 2013, p. 71), e assim, eles partem em busca de uma vida melhor, mas logo se deparam com novas dificuldades: falta de água, falta de comida e as incertezas de uma jornada incerta. Essa migração reflete a busca constante por oportunidades e a esperança de escapar do ciclo de pobreza e opressão.

No entanto, as repetições de ciclos se confirmam pois mesmo ao procurar um novo começo, ao passar um certo período vivenciado esse novo, logo a seca se aproxima novamente e o ciclo reinicia. A sequência de fatos continuam a serem enfrentadas, ciclo após ciclo, sendo essas semelhantes as dificuldades anteriormente já enfrentadas por eles. São visíveis nas dificuldades em encontrar água e ao enfrentarem a dura realidade do sertão. Essas repetições de desafios são o reflexo de condições adversas persistentes e que afetam em grande maioria as classes trabalhadoras em sua totalidade, não importam para onde se movam, de fato um sistema cíclico de repetições.

O ciclo de repetição é também manifestado na maneira como as expectativas e os padrões sociais são transmitidos de geração em geração. Fabiano e sua família internalizam uma autopercepção de inferioridade, alimentada pela falta de educação formal, pelas dificuldades e pelas normas sociais que os consideram “brutos”, ocorrendo principalmente em vista do silêncio, segundo Lourival Holanda (1992, p. 25 Apud Ferreira, 2007, p. 28): “O

silêncio de Fabiano expõem uma opressão: o sistema lingüístico inábil denuncia o sistema social que sossobra”, nos levando a crer que esses sistema que oprime inferioriza através da linguagem ou falta dela, tem uma forte ligação com a repetição das desigualdades. Essa autopercepção limitante é então transmitida para seus filhos, que crescem enfrentando as mesmas barreiras e desafios.

Em resumo, Fabiano em “Vidas Secas” é um retrato das várias faces de um homem lutando por sua sobrevivência e a de sua família em um ambiente implacável, enquanto enfrenta desafios econômicos, sociais e pessoais que o fazem desacreditar de seu próprio valor e logo de sua identidade. A história retratada sobre ele representa as injustiças e dificuldades sofridas por muitas pessoas que se encontram em circunstâncias similares, dando ênfase as complexidades da vida principalmente dos trabalhadores e levando ao questionamento das normas sociais que perpetuam a marginalização e a exploração de toda uma classe social.

3.3.2 Sinhá Vitória

A esposa de Fabiano, Sinhá Vitória, é uma mulher também tipicamente sertaneja e com o marido, ela tem dois filhos. Inicialmente, cabe ressaltar que Sinhá Vitória é uma mulher determinada, assim como seu esposo consegue enfrentar as adversidades impostas a eles. Podemos perceber nela, em determinados pontos, uma inteligência emocional, por exemplo, quando antecede o fato da morte da cachorrinha Baleia, sendo ela de suma importância para a sobrevivência da família.

As suas relações com as questões de poderes em “Vidas Secas” são complexas e muitas vezes estão ligadas à sua posição social vulnerável e à dinâmica de exploração presente na região. Sinhá Vitória frequentemente se encontra em situações em que é explorada ou subjugada por aqueles que ocupam posições de poder na sociedade. Seja em sua interação com os patrões das fazendas ou com as figuras de poder. (Andrade; Ponte, 2014, p. 5-6).

Em relação aos seus desejos, apenas um era importante para ela, o de ter uma cama que não fosse de vara e que por trás desse sonho podemos enxergar o desejo de deixar o nomadismo causado pela necessidade do êxodo, assim correlacionando ao sonho de um futuro melhor para seus filhos. Expressões dos trechos: “Outra vez Sinhá Vitória pôs-se a sonhar com a cama de lastro de couro” (Ramos, 1982, p. 53) e “Tudo ali era estável, seguro”. O sono de Fabiano, o fogo que estalava, o toque dos chocalhos, até o zumbido das moscas, davam-lhe sensação de firmeza e repouso. Tinha de passar a vida inteira dormindo em varas?” (Ramos, 1982, p. 53), sendo assim a percepção de que se ali tudo era seguro poderiam firmar-se.

O anseio de Sinhá Vitória por uma cama de tiras de couro é um elemento simbólico que

encapsula sua busca por dignidade, conforto e uma vida melhor. O então desejo expresso por ela, revela a busca da classe trabalhadora em uma luta diária para que consigam uma existência mais humanas, diferente da animalização a qual muitas vezes são exposto inconscientemente, com o reconhecimento de que o mínimo para sobrevivência, aos olhos de quem menos tem, se torna um “luxo” faz a diferença na qualidade de vida e principalmente de bem-estar, algo que não deveria ser aspirado como conformação de completude, mas que deveria ser reconhecido como sendo o mínimo de cumprimento até mesmo dos deveres do Estado em relação ao bem-estar social (Botoso,2013, p. 56).

Quanto a sua ligação com seus filhos, se revelam os vários lados da maternidade no contexto inóspito e desafiador da região. A relação existente entre ela e seus filhos não somente demonstra uma luta por sobrevivência, mas em suas entrelinhas também aborda questões de gênero, em relação ao feminino, ainda fazendo parte de uma cultura muitas das vezes patriarcalista, Sinhá Vitória, se mostra empoderada. No entanto é perceptível as características que subestima as mulheres de se resumirem ao papel de amor e cuidados menternos que por suas vez são moldados pelas circunstâncias adversas.

Além disso, como em todos os contextos expressos nas entrelinhas da trama e vividos pelos personagens, é perceptível que assim como com Fabiano existe a conexão relacionada aos ciclos de repetições, no qual as dificuldade enfrentadas por uma geração, passam as demais e assim em diante, fazendo um movimento cíclico e experiências e vivências. Sinhá Vitória, assim como Fabiano, luta para que os seus filhos tenham uma vida melhor do que a deles ainda que dentro das adversidades da região onde moram. No entanto devido as condições do meio em que vivem e também as estruturas de poder a qual são subordinados, complicam seu esforço que é seguido pelo desejo de encontrarem mudanças para e si e para seus filhos, observava assim a matriarca: tinha “[...] um olhar projetivo que busca além do que está visível, e que, no caso de Sinhá Vitória, projeta os sonhos e as esperanças de um lugar seguro para viver.” (Cassamassimo, 2010, p. 11 Apud MAURO, 2021, p. 11).

Entretanto, se faz importante e necessário compreendermos que, assim como Fabiano, Sinhá Vitória também possui, devido ao contexto em que ela vive, limitações em relação ao saber necessário enquanto sujeitos e principalmente como cidadãos, uma vez que também a ela, devido as inúmeras adversidades no meio em que está inserida, foi limitado o acesso à educação escolar, o que causou implicações tornando-a incapaz de ler e escrever. Ainda que não exista um debate direto sobre a relevância da educação formal por parte de Sinhá Vitória, o próprio contexto apresentado na história sugere que a educação poderia servir como um meio de melhorar as condições de vida e de proporcionar um senso de empoderamento a

partir da compreensão enquanto sujeito cidadão.

3.3.3 O menino mais novo e o menino mais velho

Em relação aos filhos de Fabiano e Sinhá Vitória, ambos não possuem um nome e são chamados de menino mais velho e menino mais novo. A falta de nomes individuais pode ser vista como uma crítica, uma ligação, à falta de identidade e de reconhecimento das crianças. Sobre isso Ferreira (2007, p. 74) pontua que:

O fato de o narrador omitir o nome das crianças, por exemplo, encontra-se em consonância com a tendência geral de desprezo pelos seres mais frágeis e de indiferença com o menor indefeso. Trata-se de uma violência à cidadania, pois nega ao indivíduo um dos mais básicos: o direito à identidade, sendo que o direito à existência é essencial.

A ausência de nomes específicos também pode representar como as crianças muitas vezes eram negligenciadas ou ignoradas nas questões mais amplas da vida e da sociedade. Isso ecoa a maneira como a infância na antiguidade era frequentemente considerada um estágio de vida menos valorizado em comparação com a idade adulta, por este motivo não se era estimado a ela um valor até que fosse capaz de exercer força para o trabalho e logo a sua subsistência. “[...] as crianças que conseguiam atingir uma certa idade não possuíam identidade própria, só vindo a tê-la quando conseguissem fazer coisas semelhantes àsquelas realizadas pelos adultos, com os quais estavam misturados.” (Caldeira, 2010, p. 1-2).

No entanto, é importante notar que a interpretação da ausência de nomes dos meninos em “Vidas Secas” pode variar. Graciliano Ramos, ao usar essa técnica literária, pode ter tido múltiplas intenções. Podemos supor que a não utilização do nome para os meninos tenha sido uma forma, encontrada pelo autor para a exploração de temas como a despersonalização das pessoas que estão marginalizadas e como uma maneira de enfatizar a universalidade das experiências em um ambiente muitas vezes desafiador em que esses estejam fazendo parte.

Em relação aos aspectos característicos dos meninos, o filho mais novo é um grande admirador de seu pai, com o sonho de se tornar um vaqueiro como ele quando crescer. Ademais, tendo a figura partena como espelho, logo os filhos se inspiram em seu modo de falar, sendo assim, podemos supor que eles, assim como seu pais seguiram também os caminhos de seu avô e assim de geração em geração em uma repetição de ciclos, formando o idealismo de uma cultura hereditária, baseada na necessidade de sobrevivência e no contexto sócio-histórico ao qual eles fazem parte. “Vítimas de uma estrutura social gigantesca e ancestral, eles não têm como negociar uma situação melhor. Desde cedo, as crianças já nascem endividadas com o patrão, não possuem acesso à educação e todo o futuro que podem vislumbrar é uma vida igual à do pai.” (Ferreira, 2007, p. 27). Como podemos ver no seguinte

trecho: “E precisava crescer, ficar tão grande como Fabiano, matar cabras a mão de pilão, trazer uma faca de ponta à cintura. Ia crescer, espichar se numa cama de varas, fumar cigarros de palha, calçar sapatos de couro cru.”(Ramos, 1982, p. 65).

O retrato que podemos observar em relação ao menino mais novo é como o de uma criança, assim como Fabiano, observadora. Percebe-se essa característica a partir dos questionamentos feitos por ele em relação às situações de sua volta. No entanto, a sua inserção em contexto sem uma instrução formal, dado que seus pais também não a tiveram, limita a sua capacidade de compreender o mundo de forma mais abrangente.

Observa-se que a falta de acesso à educação em uma instituição de ensino formal e a pobreza extrema limitam o seu desenvolvimento intelectual. Assim como seus pais, ele não escreve e nem lê, o meio no qual está inserido não permite o acesso comum que as demais crianças possam ter a livros e outras fontes de conhecimento. Nóbrega (2005, p. 76) pontua essa questão de vulnerabilidade quando conceitua que “a probabilidade de apresentarem resultados desenvolvimentais negativos devido à exposição a fatores de risco graves, tais como [...] situações de pobreza, condições psicopatológicas dos pais e situações de disfunção familiar”. Atualmente, diferente da época em questão, o direito a esse acesso deve ser garantido pelo Estado, como prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), no Art. 4º que diz:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”.

Percebemos, então, que em muitos pontos as entrelinhas escritas por Ramos se consolidam também no atual contexto histórico, quando muitas crianças ainda têm suas capacidades de compreender o mundo em suas totalidades limitadas devido ao não cumprimento de seus direitos básicos. A falta de recursos também impede que elas tenham acesso a outras experiências culturais, como um exemplo básico do cinema ou do teatro, meios que podem servir como um processo de construção identitária, de conhecimento e reconhecimento enquanto seres sociais e detentores de direitos, para um entendimento de seu espaço e capacidade crítica na sua constituição enquanto cidadãos.

Bem como os seus pais e irmão mais novo, o filho mais velho também segue as mesmas características, se diferenciando apenas no seu processo de descobertas em que ele se encontra, por exemplo, se questionando sobre o significado das palavras e sobre o porquê de determinados fatos ocorrerem. “É fundamental compreender que a curiosidade é uma peculiaridade infantil e é exatamente por causa da capacidade de indagar que a criança

constrói um conhecimento sobre si mesma, sobre o outro e sobre o mundo.” (Silva; Santos, 2023, p. 36).

Vale resguardar que a família de “Vidas Secas” se encontra em um universo de poucas palavras, sendo assim, cada nova expressão é algo a ser descoberto e, em cima disso, surgem vários questionamentos na cabeça do mais velho, quando escuta pela primeira vez a palavra “inferno”. No capítulo em questão, o menino mais velho pergunta à mãe sobre o significado da palavra. Ele não compreende o conceito, pois não consegue associar a nenhuma experiência direta em sua vida no sertão árido e desafiador. A mãe, por sua vez, tenta explicar o termo usando exemplos relacionados ao sofrimento e ao calor intenso, mas ainda assim, o menino não consegue conceber totalmente o que é o “inferno”; vale ressaltar que o mundo da oralização em que eles viviam, dificultava o processo de explicação em relação ao significado das coisas.

Quando o menino mais velho pergunta sobre o significado da palavra, ele demonstra uma curiosidade genuína e um desejo de compreender o que pode ser um termo complexo e assustador. Esse questionamento revela a busca por conhecimento e a vontade de entender a realidade, mesmo em um ambiente tão difícil e desafiador, porém a ele é limitado o conhecimento em virtude das realidades em sua volta, sendo assim tais questionamentos não são bem vistos e mal interpretados por seus pais, como por exemplo em alguns trechos. Segundo Ferreira (2007, p. 26): “[...]a hostilidade de Fabiano à curiosidade do filho indica que o conhecimento abstrato e a palavra não representam importância na vida dura de um sertanejo como ele, que tenta interessar-se apenas por coisas imediatas.”. Desse modo, se percebe que, de imediato, o importante seria a sobrevivência e que as demais coisas como o conhecimento e o ensino não deveriam tomar espaço em suas realidades, pois para aqueles momentos em nada serviria.

Essa situação ressalta a importância da educação e do acesso à informação. A falta de oportunidades educacionais e a limitação no conhecimento disponível para as crianças naquela realidade são destacadas. O menino, com sua pergunta, ilustra a lacuna entre o que ele conhece e o que está além de sua experiência imediata.

Além disso, a indagação do menino também levanta questões sobre a influência da linguagem na percepção da realidade. A palavra “inferno” é usada na conversa dos adultos ao se referir a um lugar de sofrimento e dificuldade, e o menino mais velho quer entender como essa palavra se aplica ao seu próprio contexto. Isso sugere a capacidade das palavras de moldar as percepções e emoções das crianças, mesmo quando elas não compreendem totalmente o seu significado.

Podemos observar o questionamento do menino sobre a perspectiva de que se trata de uma crítica à opressão e às injustiças presentes na trajetória em que é obrigado permanecer. O inferno pode ser visto então como uma metáfora para a vida difícil e sofrida que os personagens enfrentam, uma vida que muitas vezes é imposta pelos padrões e pelas condições climáticas adversas, sendo assim o questionamento em relação a palavra vai muito além do significado linguístico. Para Souza (2014, p. 16-17):

O autor faz desse episódio uma ironia ao leitor, deixando implícito nesse episódio um questionamento: como descrever o inferno a quem já se encontra nele? Toda adversidade vivida pela família, tais quais como o clima e a miséria, são trazidos por Graciliano para que o leitor reflita, justamente como o menino mais velho, como pode haver lugar ruim, pior do que se encontra a família.

Em última análise, a indagação do menino mais velho em relação à palavra “inferno” oferece uma reflexão sobre a curiosidade infantil, a complexidade da linguagem, a influência do ambiente e a busca por significado em meio às adversidades. Esse momento destaca como as crianças podem ser sensíveis às palavras e aos conceitos, mesmo quando não possuem todo o contexto ou compreensão adulta, e como a comunicação desempenha um papel fundamental na maneira como percebemos e interpretamos o mundo ao nosso redor.

3.3.4 Seu Tomás da Bolandeira

Tomás da Bolandeira, um personagem secundário na obra “Vidas Secas”, é um exemplo vivo das complexidades das relações sociais e econômicas em um ambiente adverso. Sua presença na narrativa não apenas destaca as diferenças econômicas entre ele e a família de Fabiano, mas também ressalta a questão do conhecimento e da mentalidade em um contexto de escassez. No entanto, ao fim, passando pelos percalços da seca, de nada seus conhecimentos valeriam, por este motivo, para Fabiano, o mais importante era que tivessem força bruta para que assim aguentem as mazelas, ou caso contrário apenas perdem tempo pensando e isso de nada lhes serviria, uma vez que “Já Seu Tomás da Bolandeira era um bom sujeito, porém, apegado aos valores da cultura erudita, aos livros, por isso incapaz de suportar o modo de vida do sertão.” (Ferreira, 2007, p. 36).

Fabiano vê a educação de seu Tomás da Bolandeira como uma formação superficial e limitada, que não lhe permite desenvolver a sabedoria e a sensibilidade necessária para compreender a realidade e passar por todas as situações vindas das terras que os castigavam, uma vez que, mesmo com estudos, passariam pelas mesmas situações daqueles que eram considerados brutos (Ferreira, 2007, p. 36).

Ao passo que Fabiano enxerga a beleza das palavras, consideradas por ele difíceis, que

seu Tomás fala, dizendo ele que “Seu Tomás da bolandeira falava bem, estragava os olhos em cima de jornais e livros, mas não sabia mandar: pedia” (Ramos, 1982, p. 25). Tudo que o velho senhor sabia era, no entanto, considerado desnecessário, todos os que passassem pelos sertões sofrem dos mesmos males e o próprio Fabiano faz questão de pontuar: “Seu Tomás, vossemecê não regula. Para que tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Tomás se estrepa, igualzinho aos outros.” (Ramos, 1982, p. 24).

Ademais, o conhecimento que Tomás possui carrega uma conotação de privilégio. No sertão, onde a educação formal é escassa, a habilidade de escrever seu nome é um sinal de acesso a oportunidades educacionais ou experiências que a maioria dos personagens não tem. Isso acrescenta uma dimensão de complexidade à relação entre Tomás e os outros, especialmente Fabiano que vê como desnecessário todo o conhecimento que Tomás tem.

No entanto, é possível ver que existe uma certa ambiguidade em relação ao conhecimento, ao passo em que alguns momentos ele é visto como importante para Fabiano, como quando gostaria de interpor com palavras as injustiças lhes causadas na prisão, por outro lado em alguns momentos, principalmente aos que se relacionam a dura sobrevivência na seca, ele enxerga esse saber como desnecessário. “A relação de amor e ódio que prende Fabiano às palavras também se reflete na sua relação com o conhecimento. Mas ele valoriza o ensino por ter a perfeita noção de que sua ignorância fará dele um eterno vaqueiro explorado.” (Ferreira, 2007, p. 25). A ambiguidade entre a admiração e o desprezo.

A presença dele e de seu conhecimento, também levanta a questão mais ampla da divisão de conhecimento entre as classes sociais. Enquanto a família de Fabiano enfrenta dificuldades e luta para garantir o básico, Tomás possui um conhecimento que lhe confere o que para o chefe da família considera não ser uma vantagem em relação àqueles que não tiveram a mesma oportunidade. Isso ressoa com as disparidades educacionais que muitas vezes perpetuam a desigualdade. (Ferreira, 2007, p. 25-26).

3.3.5 A Cachorra Baleia

Fechando o quadro de personagens principais, a cachorra Baleia é por eles, em determinados momentos, considerada como parte da família e a ela são atribuídas em algumas passagens uma certa humanização, sentimentos e ações tipicamente humanos, como por exemplo o pensamento.

A cachorrinha Baleia é um animal, sem capacidade de comunicação verbal ou raciocínio lógico. No entanto, na narrativa ela é tratada como uma personagem com emoções e comportamentos humanos. Vemos isso na narrativa “O menino continuava a abraçá-la. E Baleia

encolhia-se para não magoá-lo, sofria a carícia excessiva.” (Ramos, 1982, p. 76).

Observamos, então, que a cachorrinha era dotada no que podemos entender como pensamento e também sentimento, uma vez em que durante vários momentos ela reage a determinadas ações pensando em razão dos sentimentos dos seus companheiros, a fim de não os ferir, de transmitir um determinado afeto. Ademais, a Baleia também é dotada de um certo grau de sabedoria e compreensão da vida. “Por sua vez, tendo nome próprio com letra maiúscula a cachorra chama atenção pelo modo como pensa, sonha e questiona seus sentimentos, até mesmo quando fora ameaçada pela espingarda de Fabiano.” (Mauro, 2021, p. 6). Ela é capaz de se adaptar às dificuldades e, principalmente, de estabelecer vínculos afetivos com os seres humanos, principalmente, a família de Fabiano.

A humanização de Baleia é evidente em várias passagens do livro. Por exemplo, ela é retratada como uma presença constante e afetuosa ao lado da família, oferecendo conforto emocional e companhia em meio à solidão e ao isolamento do sertão. Sua ligação emocional com os personagens principais é evidente em como eles a tratam e se preocupam com seu bem-estar. Além disso, há momentos em que ela é descrita como tendo reações e emoções humanas. Ela expressa tristeza, medo e ansiedade, reações que normalmente associamos a seres humanos. Por exemplo, durante a tempestade, ela demonstra um comportamento assustador e perturbado, buscando abrigo e conforto perto da família (Ferreira, 2007, p. 58).

Dessa forma, podemos considerar que ela é um personagem complexo e ambíguo, que representa as suas próprias características enquanto animal e as humanas com sua intelectualidade, que podemos observar como uma metáfora poderosa com as relações da animalização dos sujeitos presentes na obra. Animalização essa enxergada pelo próprio Fabiano quando diz sobre si mesmo “— Você é um bicho, Fabiano.” (Ramos, 1982, p. 20).

A humanização de Baleia e a animalização dos sujeitos são elementos interconectados que refletem as complexidades das relações entre humanos e animais, bem como as dinâmicas de poder e de identidade presentes em “Vidas Secas”. As características humanas dadas a Baleia contrastam com a desumanização que os próprios personagens humanos enfrentam no contexto do sertão. A família de Fabiano, ele e outros trabalhadores enfrentam uma série de desafios, incluindo a exploração, a falta de oportunidades e a luta pela sobrevivência. Eles são frequentemente reduzidos a uma condição quase animal, onde a busca por alimento e abrigo se assemelha aos instintos de sobrevivência dos animais, bem como se comparando a eles pela falta da linguagem oral: “Fabiano e sua família revelam-se embrutecidos, próximos à rusticidade animal. Comunicam-se basicamente por monossílabos, exclamações, onomatopéias e gritos.” (Ferreira, 2007, p. 56).

Um momento em que está expressa extremamente essa humanização, possibilitada pela capacidade do sonhar, imaginar e pensar, está a sua morte, a forma como ocorre, apresenta a afirmação desses aspectos humanos, sendo assim, atribuindo a ela emoções, sentimentos e características que nos fazem refletir sobre a essência da humanidade e como ela se desenvolve em ambientes inóspitos. Quando Baleia imagina o “paraíso dos cachorros” ao qual ela iria fazer parte, logo surge a visão dos preás, alimentos, que retrata justamente um dos impactos mais fortes da seca que é a fome, ligando assim as características humanas a ela e atribuindo aos humanos a animalização, uma forma de equiparação entre eles dentro daquela realidade.

Se faz perceptível Através da humanização da cachorrinha Baleia que Graciliano Ramos usa da personagem para destacar a capacidade de empatia e de conexão entre seres humanos e animais, sugerindo que essa conexão pode transcender as barreiras de espécies e que de algum modo, não o racional, mas dentro de outros aspectos esses se interligam. Um trecho também expressa essa visão de Baleia enquanto sua pseudo humanidade pois, se considerava que “Ela era como uma pessoa da família: brincavam juntos os três, para bem dizer não se diferenciavam, reboavam na areia do rio e no estrume fofo que ia subindo, ameaçava cobrir o chiqueiro das cabras” (Ramos, 1982, p. 47). Ao mesmo tempo, a animalização do sujeito ressalta a desumanização enfrentada pelos personagens humanos, quando os direitos básicos a eles são negados, o próprio direito a cidadania quando políticas públicas são precarizadas, levando aos questionamento das estruturas de poder e desigualdades sociais que perpetuam essa desumanização.

3.3.6 As representações do Estado

Ao longo da obra, algumas características, apresentam que em sua essência, ela delinea uma sociedade caracterizada por uma hierarquia rígida de poder, em que a concentração dele se encontra nas mãos de poucos, resultando na marginalização e opressão daqueles que são subjugados por essa autoridade que muitas das vezes não leva em consideração as reais problemáticas a serem trabalhadas. As figuras de poder ou como poderíamos também chamar, as representações do Estado, em “Vidas Secas”, assumem diferentes formas e contexto, mas compartilham a mesma tendência em exercer controle sobre os mais vulneráveis, perpetuando um ciclo de miséria e exploração.

Em primeiro plano, a figura do patrão, uma autoridade local que se beneficia da miséria dos retirantes: “[...] é explorador, omissivo e sem nome [...]” (Garcia, 1988, p.70). Ao explorar o trabalho desses pobres, extraindo deles o máximo de esforço com remuneração irrisória, ele reforça sua posição dominante, reprimindo qualquer tentativa de resistência e garantindo sua

própria prosperidade em detrimento dos menos afortunados.

O patrão representa em grande parte de seus aspectos o domínio da elite econômica sobre os trabalhadores rurais. Ele detém o controle sobre a terra, os recursos e os meios de produção, conferindo-lhes uma posição de poder desproporcional, das quais a manutenção desse mecanismo é feita através da exploração principalmente de uma mão de obra barata. Essa desigualdade é refletida nas condições de trabalho impostas aos personagens, como Fabiano e sua família.

A exploração econômica é evidente, já que o patrão determina os salários e as condições de trabalho dos trabalhadores rurais. “O conflito instaura-se por falta de comunicação: Fabiano que não compreende de palavras e números é trapaceado pelo patrão por conta da sua ignorância.” (Cruz, 2018, p. 8). Eles frequentemente mantêm os trabalhadores em um ciclo de dívidas, fornecendo adiantamentos que os prendem a um sistema de exploração, os manipulando através das palavras. A relação entre os patrões e os trabalhadores é simbiótica, mas profundamente desigual, com os fazendeiros e patrões lucrando enquanto os trabalhadores enfrentam a luta constante pela sobrevivência.

A relação exploratória se manifesta nas relações de trabalho desumanas, na falta de oportunidade e na desigualdade social. A família de retirantes é submetida a uma existência de extrema pobreza, sem acesso a recursos básicos e condições adequadas de vida. Os personagens, com ênfase em Fabiano, são explorados em seus trabalhos, muitas vezes, recebendo salários ínfimos e enfrentando jornadas exaustivas, também estando presente na relação dos personagens com a terra, que é um recurso essencial para a subsistência. Em decorrência de seu silenciamento, “Fabiano é o silêncio, pois cala a própria voz e acolhe a voz alheia do patrão. Nulifica-se no consentimento e repete o patrão, fundamento da pedagogia do desastre. Reduzir alguém ao silêncio é matá-lo” (Ferreira, 2007, p. 69). Porém, isso nos leva a crer que ocorre de maneira intencional por parte dos poderosos, para assim mantê-los inertes. A falta de posse, de linguagem verbal e a dependência dos latifundiários reforçam as estruturas de poder desiguais e a exploração que permeia a sociedade da época.

Por outro lado, a presença do soldado também representa uma figura de poder presente na trama. Responsável por manter a ordem sob a ótica do sistema opressor, o soldado impõe uma perspectiva de autoridade punitiva, utilizando a força para silenciar qualquer tentativa de questionamento ou insubordinação por parte dos retirantes. É exercida uma autoridade coercitiva que é frequentemente usada para subjugar os trabalhadores rurais. A presença do soldado na proximidade é motivo de temor, pois pode levar a prisões arbitrárias, como a de

Fabiano, e a punições severas.

As autoridades governamentais, muitas vezes corruptas ou insensíveis às necessidades dos trabalhadores, perpetuam a marginalização dessas pessoas. A falta de acesso à justiça e à proteção legal deixa os personagens vulneráveis à exploração e à injustiça. A representação das autoridades como uma fonte de opressão e medo ressalta a incapacidade dos trabalhadores de exercer seus direitos de contestar as desigualdades. “Enfim, o silêncio de Fabiano expressa a opressão [...]” (Ferreira, 2007, p. 70).

Na obra é possível ver nitidamente essas relações de poder a partir da prisão de Fabiano que ilustra a maneira como as figuras de autoridade, no caso o soldado, exercem seu poder de maneira arbitrária e opressiva, em questão, sobre os trabalhadores rurais. O Soldado Amarelo impõe sua vontade sobre Fabiano sem qualquer motivo legítimo, usando sua posição para intimidar e subjugar. Isso ressalta como as autoridades podem abusar de seu poder, deixando trabalhadores à mercê de decisões injustas e arbitrárias.

Além disso, a prisão de Fabiano representa uma violência simbólica e física que é perpetrada contra grupos trabalhadores. A figura do Soldado Amarelo, com sua autoridade e sua arma, personifica a força coercitiva do Estado (governo). Para Souza (2014, p. 26-27):

Ao expor os pensamentos de Fabiano acerca do governo, Graciliano Ramos abre espaço em sua narrativa para que o leitor pense que, quanto menos culto o cidadão, menos ele conhece do governo. Fabiano julga que o governo é algo distante e não relacionado com a sua vida, desconhecendo o preceito de que entidade governamental existe para servir ao cidadão.

Dentro das observações nesse contexto vivido por Fabiano, a prisão acontece uma metáfora da opressão ao qual muitas vezes os trabalhadores rurais enfrentam nas mãos das autoridades, sendo explorados tanto economicamente quanto psicologicamente, em uma estrutura social que os mantém em uma condição de submissão cíclica, uma vez que esta trabalha em função de mantê-los sempre no mesmo lugar, também reflete a falta de comunicação, de voz e de poder dos personagens como Fabiano, que devido as suas experiências muitas vezes sentem dificuldades para se defender ou contestar as injustiças. O capítulo intitulado “Prisão” em suas entrelinhas ressalta a impotência e a frustração de Fabiano ao ser tratado como um criminoso sem ter cometido nenhum crime real, sendo subjogado e jogado em uma prisão em ao menos lhes ter sido conferido o digno direito de defender-se das acusações que, por sua vez, eram infundadas. Isso sublinha a disparidade de poder e a ausência de recursos para os grupos desfavorecidos (Ferreira, 2007, p. 72).

Podemos ver nesse trecho um certo problema causado também pela falta de comunicação eficaz entre as classes sociais e as figuras de autoridade. Trata-se de um tema que influencia diretamente as dinâmicas de poder e as injustiças presentes na narrativa. Como já

falado, a falta de comunicação contribui para a perpetuação das desigualdades e para as situações de exploração e injustiça que os personagens enfrentam.

A falta de educação formal é outro fator que influencia a comunicação e as dinâmicas de poder: “Fabiano, um traste da fazenda, é um iletrado que apresenta dificuldades com o emprego e o uso das palavras, faladas e escritas.” (Cruz, 2018, p. 8). Devido ao fato do analfabetismo, existem dificuldades em compreender contratos, leis e documentos oficiais. Isso os deixa vulneráveis a abusos e exploração por parte das figuras de autoridade, que podem usar a falta de conhecimento para manipulá-los, Fabiano e sua família. Além disso, a falta de conhecimento sobre seus próprios direitos e sobre suas leis os coloca em posição de desvantagem.

Dentro da referida obra, podemos observar outras figuras emblemáticas que também surgem como parte dessas representações do Estado. O dono da venda que adultera o querosene com água exemplifica a exploração econômica e a falta de escrúpulos que prevalecem na sociedade retratada na obra, uma sociedade a qual muitas das vezes visa apenas o lucro, o retorno econômico que tal ação irá lhes oferecer, sem sequer preocupasse com o bem-estar dos outros ao seu redor. Compreende-se então que essa ação é uma tentativa de maximizar os lucros à custa dos consumidores, muitos dos quais são dos grupos trabalhadores sem muitas opções, um modo também de fazê-los necessitarem comprar mais vezes um mesmo produto, uma vez que o vendido não é de qualidade, características próprias de um esquema capitalista. Sendo assim, a adulteração do querosene com água é uma metáfora para as práticas predatórias que exploram os mais vulneráveis, pois aqueles que compram o querosene adulterado estão pagando por algo que não está à altura do que estão recebendo.

A exploração e a corrupção permeiam os sistemas econômicos e sociais, deixando os trabalhadores em uma posição de desvantagem: “Os vendedores enganam-no ao lhe devolver o troco e, dessa maneira, ele é sempre ludibriado por aqueles que o rodeiam.” (Botoso, 2013, p. 53). Não só o troco, o querosene adulterado é um exemplo tangível dessa falta de proteção dos direitos dos consumidores, uma vez que as autoridades ou não têm conhecimento, ou não se preocupam em intervir para coibir essas práticas prejudiciais.

Como inicialmente apontado acima, a exploração econômica e as práticas predatórias retratadas nesse episódio são características da dinâmica capitalista que podem perpetuar a desigualdade e a exploração das classes trabalhadoras, um esquema ao qual paga pelos esforços trabalhistas o mínimo e se cobra para usufruir o máximo. O proprietário da venda, ao adulterar o querosene, está buscando maximizar seus lucros e essa ação reflete a lógica

capitalista de priorizar os ganhos monetários sobre a ética e o bem-estar dos consumidores. Essa prática pode ser vista como um exemplo de como o sistema capitalista contribui para a exploração e a opressão das classes trabalhadoras (Marx, 2013, p. 321). As relações capitalistas muitas vezes criam um ambiente onde os sujeitos enfrentam desafios para proteger seus interesses e seus direitos, enquanto as práticas de lucro muitas vezes superam os valores éticos e humanitários, assim o dinheiro continua a se concentrar nas mãos de uns poucos enquanto outros grupos são destinados a entregar boa parte, se não toda, de seus bens.

Por fim, como última representação desse poder expresso pelo Estado, podemos trazer a figura do fiscal do município. A cobrança de impostos sobre a venda de partes de um porco retrata as muitas vezes em que injustiças e arbitrariedades são impostas mesmo a quem não compreende por falta de informação o motivo pelo qual ocorrem essas situações. O personagem principal, Fabiano, homem pobre e analfabeto, ao tentar fazer uma venda durante uma feira livre, é confrontado por um fiscal que exige pagamento por uma atividade, sei ao menos ser lhes dado o direito de saber o motivo pelos quais ocorrem tão cobrança e ainda que seja uma atividade simples, representa a insensibilidade das autoridades em relação às dificuldades enfrentadas e a não compreensão da existência de pessoas que devido a algum motivo ainda não tiverem a possibilidade de aprender e compreender sobre seus direitos e deveres em uma sociedade. “Nesse episódio ressurge a figura do Estado opressor, fazendo com que o vaqueiro sinta-se mais uma vez explorado e humilhado por essa presença ameaçadora chamada governo.” (Souza, 2014. p. 28).

Além disso, esse trecho ressalta a exploração de representação das classes trabalhadoras no sistema. Fabiano, que não tem amplo conhecimento sobre seus direitos ou de como questionar a autoridade do fiscal, é forçado a obedecer a uma demanda que ele não compreende completamente. Isso exemplifica como as estruturas de poder muitas vezes marginalizam os mais vulneráveis e os mantêm em uma posição de submissão através da falta de um conhecimento mais amplo a respeito até mesmo de seus direitos enquanto cidadãos.

O fato de o fiscal cobrar impostos por uma atividade econômica tão pequena e pessoal, que não renderia a Fabiano um lucro estridente, mas um complemento a sua renda, destaca a insensibilidade burocrática do governo e em relação às necessidades das classes desfavorecidas, essa expressa tanto na falta de disseminação do conhecimento e a dificuldade em acessar políticas públicas que se relacionem ao comércio, sem compreender o básico, o sujeito não busca por regularização e desse modo o sistema o adverte e reprime suas atividades, ainda que essas sejam meramente para a sobrevivência. Isso sugere a desconexão entre as autoridades e a realidade enfrentada por pessoas como Fabiano, que lutam para

sobreviver em um ambiente hostil e são de certo modo manipuladas para que se mantenham sempre nesse espaço de subalternidade. Além disso, a exploração fiscal em um contexto de pobreza extrema levanta questões sobre a justiça e a distribuição desigual de recursos. A imposição de impostos sobre atividades marginais pode agravar ainda mais a condição dos mais pobres, perpetuando um ciclo de desigualdade.

A falta de conhecimento também tem implicações nas interações cotidianas, como as relações de poder, afetando diretamente as questões da cidadania e primordialmente o acesso a uma informação feita através de uma comunicação assertiva. A comunicação entre as classes sociais é frequentemente dificultada pela falta de compreensão mútua, seja devido a diferenças linguísticas, culturais ou educacionais: “Quanto menos poderosa for uma pessoa, menor acesso às várias formas de escrita e fala” (VanDijk, 2012, p. 44 apud Cruz, 2018, p. 9). Isso contribui para a marginalização das classes trabalhadoras, que muitas vezes não são ouvidas e entendidas pelos que detêm o poder.

A educação formal é frequentemente associada ao acesso ao conhecimento erudito, à capacidade de análise crítica e a conscientização dos direitos e das injustiças. A ausência dessa educação perpetua a dependência das classes trabalhadoras em relação às figuras de poder e às estruturas sociais, limitando sua capacidade de desafiar a exploração e buscar uma mudança positiva em suas vidas.

A obra “Vidas Secas” se configura no ano de 1938, mas ainda assim, apresenta a persistência da “cultura do silêncio” e a conseqüente incomunicabilidade como resultado da falta de linguagem verbal são problemas relevantes no contexto educacional contemporâneo. Na obra, “A relação entre as classes de patrão e empregado retrata a opressão social e a relação de poder.” (Florêncio; Santos; Alves, 2021, p. 343).

Atualmente, mesmo com avanços na educação, ainda vemos grupos marginalizados enfrentando desafios no acesso a uma escola de qualidade. Minorias étnicas, comunidades de baixa renda e pessoas com deficiência, muitas vezes, têm acesso limitado a oportunidades educacionais adequadas. Uma forte consequência desses acontecimentos é a falta de habilidades de linguagem verbal, ocasionando um prejuízo na capacidade de comunicação eficaz e assertiva, na participação enquanto sujeitos plenos de direitos e cidadania na sociedade. A falta de fluência na língua de instrução pode dificultar a expressão de pensamento quando de algum modo o sujeito possa vir a sentir-se oprimido por não saber falar “direito”, ocasionando a não compreensão do conteúdo e resultando em um *déficit* de comunicação que afeta negativamente o tanto o social quanto processo educacional.

Mesmo quando a língua não é uma barreira evidente, a ausência de um foco nas

habilidades de comunicação pode levar a problemas. É neste espaço onde surge também a responsabilidade das escolas, pois se não enfatizarem o desenvolvimento da linguagem verbal, podem surgir problemáticas como a deficiência na capacidade de articular ideias de maneira clara e eficaz, protagonistas de uma formação de um sujeitos crítico, ativo em ideias, pensamentos e debates junto a sociedade.

No geral, ao adentrarmos neste tema de incomunicabilidade, os modos em como a opressão pode ocorrer através dela e das quais os que detém o poder muitas vezes se apropriam, a cultura, nomeada como do silêncio, pode se manifestar não só na sociedade para além das unidades de ensino, recaindo também nesse espaço de educação formal, quando por muitas vezes os estudantes são desencorajados a participarem ativamente de escolha, decisões, quando a ele é impossibilitado que sejam autores de seu conhecimento. Quando o ambiente em que se está inserido não permite questionamentos, expressões, opiniões ou debate, esses sujeitos podem internalizar, assim como foi internalizado por Fabiano, que suas vozes não são valorizadas. Tais situações afetam diretamente no engajamento, causando desinteresse e à percepção, muitas vezes negativas, de que sua educação não é relevante para suas vidas.

CAPÍTULO 4 – VIDAS SECAS E SUA RELAÇÃO COM O ÂMBITO EDUCACIONAL

4.1 A falta de linguagem verbal e o problema da incomunicabilidade para a educação

O processo de defasagem da comunicação, deságua na incomunicabilidade, ocasionando problemáticas também a serem percebidos no processo de formação social, principalmente, nas relações educacionais e das transgressões de concepções limitadoras. A falta de linguagem verbal muitas vezes faz parte de uma cultura familiar enrustida que impossibilita uma comunicação assertiva, acarretando interferências importantes no processo de educação escolar dos sujeitos. Compreende-se que a linguagem verbal funciona como base de suma importância para a comunicação e a transmissão de conhecimentos no ambiente educacional, a falta dela compromete vários aspectos do desenvolvimento humano e da aprendizagem no geral.

O uso restrito da linguagem verbal em “Vidas Secas”, pode ser considerado como uma das estratégias literárias de Graciliano Ramos para transmitir a dureza da vida dos personagens e a limitação de suas perspectivas. Em vez de expressar seus pensamentos e emoções em palavras, muitas vezes recorrem a gestos, ações e expressões faciais para se comunicar.

Na obra, essa falta de linguagem verbal entre os personagens se justifica a partir de sua escrita em que se ancora com base em um narrador e para Botoso (2013, p. 62): “As dificuldades com a linguagem justificam o emprego de um narrador em terceira pessoa, pois ela estará ligada às situações nas quais Fabiano e sua família serão explorados por aqueles que dominam essa atividade humana.”. Sendo assim, pode-se considerar que o uso da linguagem, a depender do modo em que é utilizado, serve como uma forma de manipulação, as quais quem domina essa habilidade se encontram no centro e os demais à margem.

Podemos enxergar a falta de linguagem verbal na obra como uma metáfora para a falta de poder e voz, com essas limitações subentende-se que a falta da linguagem verbal, se torna, portanto, uma maneira de representar a marginalização e exclusão social, como uma possível “cultura do silêncio” (Freire, 1997, p. 49).

Essa “cultura do silêncio” ou mesmo da incomunicabilidade, se configura quando determinados poderes ou regimes autoritários, seja ao nível governamental ou em estruturas de poder locais, buscam deliberadamente impedir o acesso à educação, ao conhecimento e à informação para segmentos da população que consideram ameaçadores ou indesejáveis. Ao suprimir o acesso à educação, esses grupos são mantidos na ignorância e subjugados à vontade dos detentores do poder, facilitando a manipulação e a dominação sobre suas vidas. Se entende,

então, que isso se dá devido à concepção de que “[...] a educação é comunicação, é diálogo [...]” (Freire, 1997, p. 69).

A “cultura do silêncio” refere-se a um contexto em que certos grupos ou indivíduos são marginalizados, oprimidos e privados de sua voz e agem na sociedade. Isso ocorre frequentemente devido a estruturas de poder, desigualdades sociais e falta de acesso a oportunidades educacionais adequadas. Em tal cultura, as vozes das pessoas são sufocadas, suas perspectivas são ignoradas e sua capacidade de influenciar suas próprias vidas é minada.

Freire (1997) argumenta que essa cultura de silêncio é reforçada por sistemas de opressão que perpetuam desigualdades econômicas, raciais, de gênero e outras. A falta de acesso à educação de qualidade é uma das principais maneiras pelas quais as pessoas são mantidas em um estado de passividade e conformidade. “Sabemos que a fala e a escrita são mecanismos que legitimam o homem enquanto homem.” (Cruz, 2018, p. 10). Sem acesso à educação que promove o pensamento crítico e a conscientização, as pessoas são mais propensas a aceitar as normas impostas sem questionar.

Ademais, podemos observar as proximidades dessa cultura com “Vidas secas”, a falta de educação formal e constante exposição a um ambiente hostil limitam o vocabulário dos personagens e dificultam sua capacidade de articular pensamentos complexos e até mesmo sentimento. Essa falta de habilidade linguística, por sua vez, contribui justamente para a perpetuação da marginalização e da falta de poder que caracteriza a cultura do silêncio. Os personagens enfrentam dificuldades para se comunicar não apenas com o mundo exterior, mas também entre si, aprofundando seu isolamento e a sensação de impotência.

4.2 Repetição de ciclos de incomunicabilidade: Sua influência na cidadania e educação escolar

Outro ponto evidente é a repetição de ciclos, que se dá através da situação precária em que a família de Fabiano vive. Eles passam por dificuldades financeiras e precisam se deslocar constantemente em busca de trabalho e de recursos. Apesar de suas tentativas de mudança, a família não consegue escapar do ciclo da pobreza e de privações que os mantêm presos a uma vida difícil, principalmente em relação às mínimas esperanças que a falta de conhecimentos lhes oferecia. Sendo assim, como no trecho em que Fabiano repreende os questionamentos dos filhos: “Naturalmente, ao negar o conhecimento aos filhos, ao extirpar sua curiosidade de criança na raiz, Fabiano não faz mais do que perpetuar o ciclo de exploração e ignorância que ele enxerga tão claramente e que tanto o oprime.” (Ferreira, 2007, p. 26-27). Essa repetição de

ciclos é reforçada pela falta de perspectivas e pela ausência de oportunidades de melhoria de vida para os personagens.

Podemos ver isso também nas interações entre os personagens e as figuras de autoridade. Ao longo da história, a família de Fabiano, como já apontado anteriormente, era vítima da opressão e do abuso de poder de várias autoridades locais, como os patrões e os soldados. Essas figuras de autoridade representam um sistema de poder que é repetitivo e opressivo, que perpetua um ciclo de exploração e de injustiça (Holanda, 1992, p. 35 Apud Ferreira, 2007, p. 28).

A incomunicabilidade, caracterizada pela falta de diálogo e troca de informações eficaz entre indivíduos, grupos e instituições, é um fenômeno que pode exercer efeitos profundos e preocupantes sobre a cidadania e a educação escolar. Esses impactos vão além da mera ausência de comunicação, reverberando por toda a estrutura social e educacional de maneiras complexas, quando os sujeitos são silenciados pelas estruturas sociais dominantes, ainda parafraseando Lourival Holanda (1992, p. 35 Apud Ferreira, 2007, p. 28), “A voz do oprimido insere-se na política do silêncio, ou seja, o silenciamento, geralmente atrelado ao poder que submete, subverte e inerte a linguagem estabelecendo a concessão ou indeferimento das palavras para que saltem do silêncio e adquiram liberdade.”. Sendo assim, reafirma-se a ideia de que essa “cultura do silêncio” apontada por Freire (1997) é uma forma de manipulação do poder, assim se subjagam aqueles que não possuem o domínio da palavra e esses não terão, de fato, sua liberdade, se repetindo em ciclos passados a cada geração.

Além disso, a própria estrutura do livro sugere uma repetição de ciclos. Cada capítulo é dedicado a um personagem ou a uma situação específica, mas as histórias se interligam e se complementam, formando um todo coeso. Esse formato circular sugere que as histórias são cíclicas e que os personagens estão presos em uma sucessão de eventos repetitivos, que se repetem indefinidamente.

No contexto da cidadania, a comunicação é a base para o entendimento mútuo e a construção de um tecido social coeso. Quando ciclos de incomunicabilidade se repetem, eles podem resultar em uma sociedade fragmentada, onde diferentes grupos se isolam uns dos outros. A falta de interação e diálogo pode levar à formação de bolhas sociais, onde pessoas se cercam apenas daqueles que compartilham suas opiniões e experiências. “No fim das contas, os sem-poder ‘não tem nada para dizer’, literalmente, não têm com quem falar ou precisam ficar em silêncio quando pessoas mais poderosas falam [...]” (Van Dijk, 2012, p. 44 apud Cruz, 2018, p. 9). Isso cria uma narrativa limitada e distorcida da realidade, aumentando as tensões entre

grupos que não se comunicam. A polarização, então, emerge como consequência, uma vez que as vozes extremas ganham mais destaque e influência, agravando ainda mais a divisão.

A empatia, um pilar importante para uma sociedade saudável, também é prejudicada pela falta de comunicação. Ela surge da compreensão e da troca de experiências com outras pessoas, o ato de refletir a partir da ótica do outro, ainda que não se possa sentir tal qual a quem se esta se relacionando através da empatia. Quando ligamos a comunicação com e a relação com a empatia, compreendesse que sem um mecanismo de comunicação aberto as histórias e perspectivas dos outros, tudo se manterá desconhecido, dificultando a criação de conexões empáticas. Sendo assim, a empatia junto com a comunicação, são de suma importância para resolução de conflitos, promoção da inclusão e a construção de um senso genuíno de comunidade.

Quando passamos ao âmbito da educação escolar, a comunicação desempenha um papel central no processo de aprendizado, uma vez que através dela são repassados saberes, conceitos e compreensão de contextos sócio-históricos, comunicar-se é ouvir tudo aquilo que o outro tem a dizer. A interação entre alunos e professores é essencial para a criação de um ambiente de aprendizado saudável, uma troca mútua de conhecimentos, pelos quais na relação professor-aluno e aluno-professor, ambos aprendem com a troca. O comprometimento negativo em relação a essa comunicação, seja pela falta do diálogo ou por barreiras interpessoais, os alunos mediante as situações expressas podem sentir-se desconectados e até mesmo desmotivado em relação à escola. A ausência de interação também prejudica a colaboração entre estudantes, um aspecto crucial da educação contemporânea. Para Fermoso (1985, p. 275): “A comunicação educativa é uma comunicação qualificada, em que a participação, a doação e as demais características são específicas e especialmente aplicadas. Há muitos outros tipos de comunicação, mas a que se singulariza entre todas é a comunicação educativa”. Através do compartilhamento de ideias e perspectivas, os alunos aprendem a ver o mundo por diferentes ângulos, desenvolvendo habilidades cruciais para enfrentar os desafios do mundo real.

Finalmente, a educação escolar desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos ativos e informados, uma vez que não existe educação sem comunicação (Warzlawick; Beavin; Jackson, 1967). O aprendizado da comunicação de maneira eficaz, a verdadeira escuta que não somente ouve, mas internaliza o que esta sendo dito, o entendimento de perspectivas diferentes diante de uma sociedade múltipla, a resolução de conflitos de forma construtiva com base na compreensão do contexto pelo qual tais situações estão ocorrendo, são habilidades essenciais para a cidadania responsável. A falta de ênfase na comunicação na

educação pode limitar a capacidade dos alunos de participar de debates saudáveis, tomar decisões informadas e colaborar com eficácia na sociedade, formando a geração de grupos que não estejam sendo capacitados para a participação ativa na sociedade principalmente enquanto sujeitos críticos.

Ademais, a repetição de ciclos de incomunicabilidade tem um impacto profundo na cidadania e na educação escola. A reflexão sobre esse movimento cíclico nos leva a compreender que esse processo pode ser um contribuinte para a fragmentação da sociedade, a polarização, a falta de empatia, a desconexão na educação e a desigualdade no acesso a recursos que são de imprescindível importância até mesmo para a sobrevivência. Contudo, é essencial a promoção de uma comunicação aberta, a compreensão mútua e a educação que tenha como base a construção de habilidades de comunicação e colaboração, com o intuito de superar esses desafios e construir uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa.

Vale ressaltar a ligação entre esse processo da obra “Vidas Secas”, que oferece uma visão complexa dos efeitos da incomunicabilidade na cidadania e na educação. A família retratada vive isolada, tanto geograficamente quanto socialmente, resultando em solidão e falta de comunicação. Em vários trechos, é possível perceber essa escassez na comunicação: “[...] a carência de linguagem promove a animalização e a incomunicabilidade dos personagens, e que essa carência interfere nas relações interpessoais, promovendo a solidão e o isolamento social.” (Florêncio; Santos; Alves, 2021, p. 340). A ausência de recursos e educação é exacerbada pela falta de diálogo, perpetuando a desigualdade, destacando como a falta de comunicação perpetua os ciclos de pobreza, mantendo as pessoas presas em condições precárias. Essas reflexões permanecem relevantes ressoando nas comunidades marginalizadas contemporâneas e lembrando-nos da importância de superar barreiras comunicativas para construir uma sociedade mais compreensiva.

4.3 Animalização do sujeito em detrimento da falta de acesso à educação escolar

Animalizar um ser humano é atribuir a ele características, comportamentos e modos de vida típicos dos animais. Segundo Lacaz-Ruiz (1988, p. 28): “A animalização do homem é um fenômeno que pode ser abordado de diferentes maneiras. Desde a consideração do homem que é animalizado por realizar atos não humanos até aqueles que são tratados pela sociedade como animais [...]” e isso pode se caracterizar por meio de representações simbólicas, como metáforas e comparações, ou por meio da negação de sua humanidade, como quando se questiona sua capacidade de raciocínio ou de sentir emoções complexas.

A animalização pode ser usada de diversas formas, desde para desumanizar um

indivíduo ou grupo social. Em qualquer caso, ela tem o efeito de diminuir a importância e o valor da vida humana, tratando-a como algo inferior e menos digno; nos parâmetros legais o ato de animalizar vai contra o direito à cidadania, a existência humana, previsto no Art. 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz: “Toda pessoa tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.”

Na obra “Vidas Secas” (1938) de Graciliano Ramos, acredita-se que a animalização dos personagens e a humanização da cachorra Baleia, é uma forma de mostrar a brutalidade e a desumanidade da vida por eles enfrentada. Ao retratar os personagens como seres que lutam diariamente para sobreviver em um ambiente hostil e inóspito, o autor utiliza a animalização como um recurso para evidenciar a falta de oportunidades e de perspectivas enfrentadas por eles.

Essa animalização na obra está diretamente relacionada às condições de vida, em decorrência da questão econômica e dos direitos básicos de humanidade e a falta de acesso à educação formal. Isso porque, ao serem privados de educação, eles são impedidos de se desenvolver intelectualmente e de adquirir habilidades que lhes permitiriam sobreviver de forma mais digna e menos precária, restando-lhes apenas o anseio por mudança, “Fabiano sonha com um mundo onde ele possa ser um homem e não um ‘bicho’.” (Ferreira, 2007, p. 52).

Sem acesso à educação, são obrigados a se adaptar às condições brutas, agindo por instinto e sobrevivendo como podem. Essa adaptação muitas vezes os leva a se comportar como animais, agindo de forma selvagem e primitiva, podemos perceber isso no seguinte fragmento: “E, pensando vem, êle não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros.” (Ramos, 1982, p. 20), sendo esse pensamento provindo de suas vivências no contexto vivido: “Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais.” (Ramos, 1982, p. 22).

A educação formal, por outro lado, permite aos indivíduos desenvolver habilidades cognitivas e emocionais que os distinguem dos animais, já que “O que diferencia o homem dos animais é o uso da razão, pela capacidade de dominar seus instintos, por produzir cultura, ele convive e se estabelece em grupo [...]” (Silva, 2019, p. 41). Ela permite que as pessoas se comuniquem de forma mais eficaz, resolvam problemas complexos e sejam capazes de possuir uma linha de pensamento crítica e luta por seus direitos por meio da imposição através da fala. Assim, a falta de linguagem verbal é uma das formas pelas quais os sujeitos são animalizados, pois contribui para a exclusão social e para a sua marginalização, deixando-os em uma situação de vulnerabilidade e desamparo diante das adversidades da vida que lhes é empregada.

Ao explorar essa temática, percebemos como a ausência de educação pode marginalizar e desumanizar as pessoas, assemelhando-as a seres destituídos de voz e agência: “O homem

quando submetido à humilhação, dor, sofrimento, fome, opressão e a perda de dignidade se inferioriza a ponto de se nivelar aos animais ditos irracionais.” (Silva, 2019, p. 41). Refletindo sobre essa animalização, somos levados a considerar que a educação não é apenas um meio de adquirir conhecimento acadêmico, mas também um instrumento de dignidade humana. A educação formal não apenas ensina habilidades, mas também amplia a visão de mundo e possibilita a participação ativa na sociedade.

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano, tanto em termos práticos quanto na construção da identidade individual e coletiva. “Dessa forma, o acesso à educação permite o desenvolvimento do ser humano e o alcance de conhecimentos que ensejem a sua transformação.” (Maia; Lemos; Nunes; Silveira, 2023, p. 95). Quando o acesso à educação é negado, as oportunidades são cerceadas, perpetuando ciclos de pobreza e privação. Sem ferramentas que a educação proporciona, as pessoas se encontram em uma posição precária, lutando por necessidades básicas, sem a capacidade de buscar aspirações mais elevadas.

A animalização, nesse contexto, não deve ser interpretada literalmente, mas sim como uma analogia à forma como a falta de educação pode aprisionar as pessoas em uma existência limitada. Sem a educação, as vozes individuais são silenciadas, a expressão é tolhida e a compreensão do mundo é restrita. Assim como os animais têm um conjunto limitado de comportamentos instintivo, a falta de educação pode restringir as pessoas a um conjunto limitado de reações e ações, sem a capacidade de se engajar de maneira significativa na sociedade.

Ao negar a educação a certos grupos, perpetuam-se as desigualdades e a marginalização, minando o tecido social como um todo, uma vez que “o homem que é animalizado pela sociedade, o famoso ‘excluído’, merece o resgate de sua dignidade” (Lacaz-Ruiz, 1988, p. 18). A educação é um equalizador, capacitando pessoas de diversas origens a se engajarem, contribuírem e colaborarem para um bem comum. Ademais, a conexão entre a animalização do sujeito e a falta de acesso à educação escolar destaca a importância da educação como um direito humano fundamental.

5 CONCLUSÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exploramos a interseção entre educação, comunicação e transformação social por meio de uma análise da obra “Vidas Secas” de Graciliano Ramos. A pesquisa buscou desvendar as complexas dinâmicas que permeiam a construção do conhecimento e a formação de sujeitos críticos em um contexto marcado pela miséria e pela falta de acesso à educação formal.

Ao longo de todo o processo em que se sucedeu este trabalho, podemos concluir que a educação é um processo contínuo e dinâmico que envolve a interação entre diferentes agentes sociais, como a família, a escola e a comunidade. A educação não visa apenas transmitir conhecimentos, mas também desenvolver habilidades, valores e atitudes que possibilitem aos indivíduos participar ativamente da sociedade e transformar a realidade em que vivem. Nesse sentido, a educação escolar e a educação familiar são duas dimensões complementares e indissociáveis da formação humana, que devem estar articuladas em função de objetivos comuns.

Iniciamos nossa jornada justamente ao examinar a importância da educação, tanto familiar quanto escolar, na construção do saber humano. Ficou claro que a instrução familiar desempenha um papel fundamental na delimitação do que um sujeito pode ou não aprender de acordo com a cultura em que está inserido. Ao mesmo tempo, a educação escolar se torna um pilar essencial para o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos indivíduos. No entanto, observamos que as políticas públicas voltadas para a educação escolar muitas vezes estão em decadência, o que afeta diretamente as oportunidades educacionais.

Neste trabalho, através da reflexão sobre o papel da educação na construção do ser humano, tendo como referência a obra “Vidas Secas”, partimos de uma análise multidimensional, buscamos evidenciar como o acesso à educação escolar básica é um direito fundamental e uma condição para o exercício da cidadania, da dignidade humana e da emancipação social.

Além disso, buscamos analisar como a educação familiar influencia na formação da identidade, da cultura e da linguagem dos sujeitos, bem como na capacidade de expressão, comunicação e crítica. Por fim, destacamos os desafios e as possibilidades de uma educação que promova o diálogo, o respeito à diversidade e a solidariedade entre as diferentes formas de saber. Outro ponto importante é a conclusão de que a falta de acesso à educação escolar, a incomunicabilidade emergiu como temas cruciais, especialmente no contexto da obra analisada. Identificamos como a ausência de linguagem verbal na narrativa de Graciliano Ramos espelha

a realidade de sujeitos marginalizados e desfavorecidos, cuja capacidade de expressão e comunicação é severamente limitada. Isso perpetua ciclos de incomunicabilidade e marginalização, afetando a participação cívica e o desenvolvimento acadêmico desses indivíduos.

Ademais, ao longo desta exploração, identificamos que a relação entre educação e conhecimento é fundamental para o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos indivíduos. A educação familiar e escolar desempenha papéis complementares na construção do conhecimento, mas podem ser influenciadas por diferenças de concepções e valores dentro das famílias. Além disso, destacando a importância da linguagem e da comunicação como elementos cruciais na capacitação dos indivíduos a participarem ativamente na sociedade e a defenderem seus direitos a dignidade humana, levantando questões importantes, como o papel da educação na modificação das estruturas sociais afetadas pela miséria e falta de conhecimento, a influência da educação familiar no processo educacional e a maneira como a falta de linguagem verbal pode servir como uma forma de opressão.

Ao lançar luz sobre esses temas complexos e ao usar a literatura como uma ferramenta poderosa de reflexão, concluímos também que ela possui uma contribuição para a compreensão mais rica das questões que afetam a educação e a cidadania. Nossa jornada nos levou a apreciar a centralidade da comunicação em todas as esferas da vida e, a partir dela, perceber que a educação desempenha um papel vital na promoção do conhecimento, da dignidade humana e da participação cívica.

Através da lente da literatura, pudemos explorar de forma mais profunda as agruras e aspirações humanas, bem como refletir sobre as questões sociais que muitas vezes passam despercebidas. “Vidas Secas” se revelou como uma obra que não apenas retrata a realidade, mas também lança luz sobre as injustiças sociais e a falta de oportunidades educacionais enfrentadas por aqueles que vivem nas condições retratadas na história.

Em última análise, este trabalho ressalta a importância crucial da educação como um meio de capacitar indivíduos, proporcionando-lhes não apenas conhecimento, mas também as habilidades de comunicação necessárias para participar ativamente na sociedade. “Vidas Secas” nos lembra que a falta de educação e comunicação pode servir como uma forma de opressão, perpetuando desigualdades e negando a dignidade humana.

Portanto, concluímos que a transformação social requer um investimento sério na melhoria das oportunidades educacionais, tanto no âmbito familiar quanto escolar, e na promoção da comunicação como uma ferramenta de empoderamento. A obra de Graciliano Ramos continua a ser voz importante na reflexão sobre a igualdade.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Bevenuta Sales de; PONTE, Charles Albuquerque. A mulher em silenciosa emancipação: parcialidade da vitória em Vidas Secas. In: **Revista Línguas & Letras**, v. 15, n. 30, 2014.

ARAÚJO, Maria Yvonne Atalécio de. **Experiências de linguagem oral na Escola Primária**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1965.

AZEVEDO FILHO, L. A. de. A ficção brasileira de 20 e o romance neo-realista português. In: **Revista de Letras. Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Mota**. Rio de Janeiro, ano 2, 1975. Vol. VI, n.1/2, 2013.

BOTOSO, Altamir. Opressores e oprimidos: uma leitura do romance Vidas Secas, de Graciliano Ramos. In: **Revista de Letras**, v. 6, n. 1/2, 2013.

CALDEIRA, L. B. **O conceito de infância no decorrer da história**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo. Unesp, 2002.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

COHEN, Marcel. (2017). Resumo da História da Escrita. In: **Revista de História**. 40. 137. 10.11606/issn.2316-9141.rh.1970.128945. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322606756> Resumo da Historia da Escrita.. Acesso em: 10 de Nov. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 245-262, 2002.

CRUZ, Wanessa Santos da. **A palavra e as instâncias de poder em Vidas Secas**. 2018. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22652>. Acesso em: 12 Jan. 2024.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em: 5 Mar. 2015.

DURKHEIM, Emile. **Educación y Sociología**. Buens Aires: Editorial Saphire, 1973.

EAGLETON, Terry. **Teoria literária: uma introdução**. Trad. Walternsir Dutra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELIAS, José. **Literatura Infantil: ler, contar e encantar criança**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

FERMOSO, Paciano. **Teoria de la Educación. Una Interpretación Antropológica.** Barcelona: Ediciones CEAC, 1985.

FERREIRA, Maria Soledade. **O desvelar do silêncio na obra Vidas Secas, de Graciliano Ramos.** 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

FLORÊNCIO, Roberto Remígio; SANTOS, Carlos Alberto Batista dos; ALVES, Maria Aparecida. **A desumanização dos personagens de “Vidas Secas”...** Afluente: UFMA/CCEL, v.6, n.17, p. 333-348, jan./jun. 2021. ISSN 2525-3441

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos.** 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1989. 149 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia;** saberes necessários à prática educativa. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GARCIA, Celina Fontenele. **A escola como personagem da literatura brasileira.** 1988. 85f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Educação, Fortaleza (CE), 1988. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38601>. Acesso em: 08 Jan. 2024.

GILES, T. Ransom. **História da Educação.** São Paulo: E.P.U. 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval.pol.públ.Educ. 2006, vol.14, n.50, p. 27-38. ISSN 0104-4036. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Consulta em 19/07/2023 Acesso em: 19 Jul 2023.

LACAZ-RUIZ, Rogério. et. al. **Animalização do Homem:** uma Visão Ontológica do Ser Individual e do Ser Social. Disponível em: http://www.hottopos.com.br/vidlib2/animalizacao_do_homem.htm Acesso em: 10 Set. 2023.

LASSWELL, Harold. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1971. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1061360/mod_resource/content/1/Lasswell_EstruturaFuncaoComunicacao.pdf Acesso em: 02 Jan. 2024

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSHI, L. A. Oralidade e Letramento. In: **Da fala para a escrita – atividades de retextualização.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

MAINIERI, Tiago; ROSA, Elisa Costa Ferreira. Comunicação pública, cidadania e democracia-algumas reflexões. **Revista Comunicação Midiática**, v. 7, n. 1, p. 192-206, 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de CAPORALE, Antônio C.. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1999.

MARTINS, Moisés de Lemos. **Comunicação e cidadania**. Publicado em "Comunicação e cidadania : actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 06 - 08 Set. 2007"2008. ISBN: 978-989-95500-1-8

MAURO, Jéssica dos Santos. **Sinha Vitória em Vidas Secas: o empoderamento da mulher na década de 30**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/1042/TCC_Sinha_Vit%c3%b3ria_Empoderamento_Mulher_D%c3%a9cada30.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 Jan. 2024.

MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação: paradigmas latinoamericanos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MENEGHETTI, Sylvia Bojunga. **Comunicação e marketing: fazendo a diferença no dia-a-dia de organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001.

NÓBREGA, Maria Manuela Pessanha de Brito e. **Vulnerabilidade e resiliência no desenvolvimento dos indivíduos: influência da qualidade dos contextos de socialização no desenvolvimento de crianças**. 335f. Dissertação (Doutorado em Psicologia). Universidade do Porto, Portugal, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/20555>. Acesso em: 10 Jan. 2024.

OLIVEIRA, R. I. R.; GASTAL, M. L.. **Educação Formal Fora da Sala de Aula - Olhares sobre o Ensino de Ciências Utilizando Espaços Não Formais**. In: **VII ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Florianópolis. 2009. Disponível em: <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienpec/pdfs/1674.pdf>. Acesso em: 22 Jul. 2023.

RAMOS, Graciliano. **2º Relatório da administração municipal de Prefeito de Palmeira dos Índios**. Palmeira dos Índios: [s. n.], 1930. Não paginado. Mimeo.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. 4 v.

RAMOS, Graciliano. [X]. **Garranchos – VIII. O Índio**, Palmeira dos Índios, 20 mar. 1921.

RAMOS, G. **Vidas secas**. 48 ed. São Paulo: Record, 1982.

RECUERO, Raquel. **A Internet e a nova revolução na comunicação mundial**. Ensaio de artigo. Disponível em: . Acesso em: 20 Dez. 2023.

REIS, Zenir Campos. Tempos futuros. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 35, p. 69-92, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4P76p7GKXFft33XjbtKdLqk/>. Acesso em: 08 Dez. 2023.

RIBEIRO, R. Resistência e utopia em Vidas Secas de Graciliano Ramos. In: **Revista Leitura**, [S. l.], v. 2, n. 32, p. 173-186, 2019. DOI: 28998/2317-9945.200332. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7445>. Acesso em: 9 Jan. 2024.

RODRIGUES, C. M. (Org.). (2020). **COMUNICAÇÃO ORAL E LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DAS CRIANÇAS**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6182859-Comunicação-Oral-e-leitura-na-alfabetizacao-e-letramento-das-criancas.html>. Acesso em: 12 Jan. 2024.

RUFINO SANTOS, A. A Importância da Literatura como Fonte de Pesquisa na Construção do Pensamento Social Brasileiro. In: **Revista EXAMÁPAKU**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/leila/Downloads/admin,+1466-5354-1-CE.pdf>>. Acesso em: 4 Jan. 2024.

SANTOS, Goiamérico Felício C. dos. É Possível a Ficção Revelar Verdades? In: **Fragmentos de Cultura**. V. 14, n. 9, Goiânia: IFITEG, set. 2004.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a natureza e a especificidade da educação**. In: **Revista em Aberto**. Brasília, ano 3, n. 22, p. 1-6, jul./ago. 1984.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da leitura na escola: Pesquisas x Propostas**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

SILVA, Josefa Jéssica da. **Um olhar sobre a zoomorfização dos personagens na obra Vidas Secas de Graciliano Ramos**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/1007>. Acesso em: 13 Jan 2024.

SOUZA, Bruna Betamin de. **As personagens de Vidas Secas, de Graciliano Ramos, e suas expressões**. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/115681>. Acesso em: 12 Jan 2024.

TIENE, I. Comunicação, cidadania e controle social na gestão pública. In: BEZZON, L.C. **Comunicação política e sociedade**. São Paulo: Alínea Editora, 2005.

VIANA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira**. São Paulo: Janus, Lorena, ano 3, n° 4, 2° semestre de 2006.

YUNES, Eliana. Pelo avesso: a leitura e o leitor. In: **Revista Letras**. Curitiba, n° 44, p. 185-196, 1995. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/PELO-AVESSO%3A-A-Leitura-e-o-Leitor-Yunes/39bfbd253da290a569423bcc64db305df8cc1720> Acesso em: 14 Jan 2024.